



**25 DE JULHO DE 2017**

**Terça-feira**

- MDIC SELECIONA PROJETOS DE INOVAÇÃO QUE VÃO RECEBER APOIO FINANCEIRO DOS GOVERNOS BRASILEIRO E BRITÂNICO
- ARTIGO: A INDÚSTRIA QUE SE LIXE
- COMISSÃO APROVA PAGAMENTO PRIORITÁRIO DE FINANCIAMENTOS PARA EMPRESAS EM RECUPERAÇÃO
- SERVIÇOS NÃO DURÁVEIS INICIAM RECUPERAÇÃO DAS CONTRATAÇÕES
- FIM DO ACORDO MARÍTIMO COM CHILE BENEFICIA ECONOMIA BRASILEIRA, DIZ CNI
- ACORDO ENTRE BRASIL E COLÔMBIA BENEFICIA SETOR AUTOMOTIVO
- EXPORTAÇÃO DA INDÚSTRIA PAULISTA CRESCE 11,8% NO SEMESTRE, DIZ FIESP
- CONGRESSO ENFRENTA REFORMA POLÍTICA APÓS RECESSO
- COM ADIAMENTO, REFORMA TERÁ DE SER MAIS DURA
- REFORMA TRABALHISTA REFORÇA MULTA POR MÁ-FÉ EM PROCESSOS JUDICIAIS
- MICROEMPRESAS PODERÃO SER DISPENSADAS DE DEPÓSITO RECURSAL EM RECLAMAÇÕES TRABALHISTAS
- ENTENDA O QUE A REFORMA TRABALHISTA MUDOU NO AFASTAMENTO POR INSALUBRIDADE
- ESTABILIDADE PROVISÓRIA NO EMPREGO PARA AS ADOTANTES SERÁ ANALISADA PELO PLENÁRIO
- TEMER PROPÕE CRIAÇÃO DE AGÊNCIA E NOVAS REGRAS PARA SETOR DE MINERAÇÃO
- GOVERNO DEVE ANUNCIAR NESTA TERÇA-FEIRA MARCO REGULATÓRIO DA MINERAÇÃO
- FUTUROS DO MINÉRIO DE FERRO SOBEM MAIS DE 3% COM FORÇA NO MERCADO DE AÇO

- DEPOIS DE ALTA NA GASOLINA, USINEIROS QUEREM AUMENTO NA TARIFA DE IMPORTAÇÃO DE ÁLCOOL
- MEIRELLES AFIRMA QUE RECEITA REFAZ CONTAS SOBRE ALTA DE TRIBUTOS DE ETANOL
- MEIRELLES: 'NOVA ALTA DE IMPOSTO NÃO SE COLOCA NO MOMENTO, MAS TUDO É POSSÍVEL'
- MEIRELLES: PREOCUPAÇÃO DE INVESTIDOR É COM APROVAÇÃO DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA
- ATRASO NA REFORMA DA PREVIDÊNCIA VAI CUSTAR R\$ 18,6 BILHÕES EM DOIS ANOS
- JUSTIÇA ABRE AÇÃO CONTRA 11 POR FRAUDES DE MEIO BILHÃO NO CARF
- CERIMÔNIA DO CARTÃO REFORMA É NOVAMENTE ADIADA
- CONFIANÇA DO CONSUMIDOR CAI 0,3 PONTO EM JULHO, INFORMA A FGV
- BANDEIRA VERMELHA DEVE VOLTAR PARA A TARIFA EM AGOSTO
- INCERTEZAS FAZEM CONFIANÇA DO COMÉRCIO CAIR EM JULHO, APONTA CNC
- PROCURADORIA INVESTIGA EX-EXECUTIVOS DE BANCOS POR CARTEL DE CÂMBIO
- COPOM INICIA NESTA TERÇA REUNIÃO PARA DEFINIR TAXA DE JUROS, QUE PODE CAIR PARA 9,25%
- FGV: IPC-S SOBE EM 6 DAS 7 CAPITAIS PESQUISADAS NA 3ª MEDIDAÇÃO DE JULHO
- MERCADO DE SALAS E CONJUNTOS COMERCIAIS PERMANECE EM BAIXA EM JUNHO, DIZ FIPEZAP
- BRASIL SERÁ 5º PAÍS A FABRICAR AERONAVE
- CADE APROVA COMPRA PELA AGCO DE UNIDADE DE COMPONENTES DE AGRICULTURA DA MONSANTO
- POLÍTICA DE PREÇO MÍNIMO PARA TRANSPORTE DE CARGA PODE SER VOTADA EM PLENÁRIO
- MARCOS PEREIRA CONVIDA ABC PAULISTA PARA DISCUTIR INDÚSTRIA 4.0
- VOLKSWAGEN PODE ENCERRAR A PRODUÇÃO NACIONAL DO GOLF; SAIBA O MOTIVO
- MONTADORAS DE CARROS ALEMÃS SERÃO INVESTIGADAS POR FORMAÇÃO DE CARTEL
- REINO UNIDO CRIA FUNDO PARA DESENVOLVER TECNOLOGIA EM BATERIAS ELÉTRICAS

- LUCRO DA GM SUPERA ESTIMATIVAS DE WALL ST E EMPRESA PROMETE REDUZIR ESTOQUES
- RESULTADOS DA CATERPILLAR SUPERAM ESTIMATIVAS E EMPRESA ELEVA PREVISÃO DE LUCRO ANUAL NOVAMENTE
- BOSCH E MERCEDES-BENZ TESTAM ESTACIONAMENTO AUTÔNOMO
- JAGUAR CRIA SEDÃ COM MOTOR DE QUASE 600 CV

<b>CÂMBIO EM 25/07/2017</b>		
	<b>Compra</b>	<b>Venda</b>
<b>Dólar</b>	3,163	3,163
<b>Euro</b>	3,686	3,688

**Fonte: BACEN**

### MDIC seleciona projetos de inovação que vão receber apoio financeiro dos governos brasileiro e britânico

25/07/2017 – Fonte: MDIC

Projetos de pesquisa e desenvolvimento receberão R\$ 14 milhões graças à cooperação bilateral entre Brasil e Reino Unido

Sete projetos de inovação de empresas brasileiras da Bahia, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Paraná, feitos em parceria com empresas britânicas, foram selecionados pelo edital de Projetos de Cooperação Brasil-Reino Unido e vão receber apoio financeiro na ordem de R\$ 14 milhões dos dois governos.

Aprovados conjuntamente pelo Brasil e pelo Reino Unido, os projetos poderão ser financiados pelo Fundo Newton, fundo britânico para desenvolvimento científico, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e pela Empresa Brasileira de Inovação Industrial (Embrapii).

Lançado em novembro de 2016 pelo Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) e pelo Innovate UK, agência de inovação do Reino Unido, o edital convocou empresas brasileiras e britânicas a apresentarem projetos conjuntos de Pesquisa & Desenvolvimento nas áreas de smart cities e energia renováveis.

Nesse modelo de cooperação internacional, cada país financia suas respectivas empresas no desenvolvimento de novos produtos, processos ou serviços com aplicação de mercado.

“Aqui no Brasil, oferecemos um leque de opções que vai desde financiamento, com linhas diretas e indiretas do BNDES, até a possibilidade de subvenção com projetos sendo desenvolvidos em parceria com institutos Embrapii ou, recentemente,

aprovados pelas Fundações de Amparo à Pesquisa participantes da cooperação”, explica o secretário substituto de Inovação e Novos Negócios do MDIC, Igor Nazareth.

“Recebemos projetos muito inovadores que não somente contribuirão para ganhos de eficiência e produtividade para as empresas participantes, que poderão inovar a custos e riscos menores, mas também trarão ganhos em desenvolvimento econômico, social e ambiental para o país”, complementou.

Os projetos selecionados são para desenvolvimento de tecnologias nas áreas de internet das coisas, big data, machine learning, smart grids, tecnologias de gerenciamento de tráfego e mobilidade urbana, soluções em energias limpas e infraestrutura de água e esgoto. Eles envolvem investimentos totais de R\$ 22 milhões, sendo que R\$ 8 milhões são referentes à contrapartida das empresas. Todos os projetos aprovados serão desenvolvidos em parceria com institutos Embrapii, sendo eles: Senai Cimatc, CPqD, Fundação Certi, Lactec, TecGraf, Instituto Federal do Espírito Santos (IFES).

Atualmente, o MDIC tem abertos editais de chamada para Projetos de Cooperação com a Alemanha e com Israel, sendo que as Fundações de Amparo à Pesquisa também podem financiar os projetos aprovados com empresas israelenses.

### **Artigo: A indústria que se lixe**

25/07/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo



Trabalhadores moldam ferro para peças de freio para trens em indústria metalúrgica em Barueri (SP)

Era uma vez um grande país, nos anos 1990, que tinha importantes instituições financeiras estatais e privadas, além de um respeitável parque industrial.

Em 1995, muitas dessas instituições financeiras, que dependiam de ganhos inflacionários, foram surpreendidas pela estabilização dos preços e estavam com graves problemas. Não tinham como honrar seus compromissos bilionários.

Quando grandes bancos têm problemas e ameaçam ir à falência, há um alarme geral no sistema financeiro. Se alguns deles quebram —é o que dizem os manuais—, pode se espalhar uma desconfiança geral em relação ao sistema financeiro, o que afeta também os bancos saudáveis.

Isso porque, assustados, os poupadores e os depositantes correm aos bancos para sacar seus recursos, o que leva as instituições e todo o sistema ao colapso.

As autoridades que administravam esse grande país, em 1995, perceberam a gravidade do problema e criaram um ambicioso programa para salvar os bancos. Estamos falando do Proer, o polêmico Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional.

Pois bem, o Proer injetou recursos públicos bilionários nos bancos, números que não são precisos até hoje. O mais citado é R\$ 30 bilhões de 1995 a 2000, valor que corresponderia hoje a uns R\$ 50 bilhões. Alguns economistas estimam que o governo tenha gastado 2,5% do PIB para salvar o sistema bancário.

Passados mais de 20 anos desde o lançamento do programa, há ainda polêmica sobre sua correção: muitas ações continuam correndo na Justiça.

Algum programa do tipo Proer, talvez um menos generoso, era mesmo necessário naquele momento. Havia efetivamente um risco "sistêmico", para usar a palavra da moda naquela época.

Sem dúvida, depois do Proer, o sistema ficou mais seguro, até porque trouxe novidades regulatórias e mecanismos de seguro de depósitos, que não existiam no país —hoje, o governo está proibido de injetar recursos para sanear instituições financeiras. Bancos mais frágeis, naquela época, sofreram intervenção e foram absorvidos por outros.

Bancos estaduais foram privatizados. O próprio presidente Lula elogiou o Proer em 2008, durante a grande crise financeira americana, ao observar que os bancos brasileiros atravessaram a crise ilesos.

A indústria pequena, média ou grande, vem sendo destruída por obstinados e odiosos processos de desindustrialização e desnacionalização da empresa brasileira.

A indústria não precisa e não quer um Proer. Quer ter acesso a crédito com taxas de juros civilizadas, que permitam a volta dos investimentos produtivos. Quer uma carga tributária menos pesada —na semana passada, o governo foi na direção contrária e aumentou impostos sobre combustíveis.

Quer câmbio adequado para competir no mercado internacional e proteção para a produção nacional no mesmo nível de países concorrentes. Não quer ser discriminada pelo discurso neoliberal simplesmente porque toma recursos do BNDES ou de qualquer outra instituição pública.

Quer ter acesso ao crédito privado, fornecido por essas mesmas instituições salvas pelo Proer nos anos 1990 e alimentadas durante décadas com juros generosos e spreads vergonhosos.

Em resumo, a indústria precisa de um norte. Para onde vai o setor no Brasil? Alguém tem um plano?

O grande desastre é que o pensamento neoliberal dominante acha que nada disso é necessário e que a indústria deve ser jogada à disputa internacional para ser devorada pelos leões, como a OMC propôs, indiretamente, em um relatório na semana passada. Somos sardinhas ou tubarões?

Um país com 200 milhões de pessoas, quase continental, pode sobreviver sem indústria?

Seremos um país no futuro ou um grande shopping center?

(Benjamin Steinbruch- É empresário, diretor-presidente da CSN, presidente do conselho de administração e 1º vice-presidente da Fiesp).

### **Comissão aprova pagamento prioritário de financiamentos para empresas em recuperação**

25/07/2017 – Fonte: Portal Câmara

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços aprovou projeto que determina que, em caso de decretação de falência, os empréstimos e financiamentos contraídos pela empresa durante a recuperação judicial terão prioridade de pagamento. No jargão do direito falimentar, estes créditos serão considerados "extraconcursais".

O projeto (PL [1933/15](#)) altera a Lei de Recuperação de Empresas e Falências (Lei [11.101/05](#)). O texto foi apresentado pelo deputado Rogério Peninha Mendonça (PMDB-SC) e recebeu parecer favorável do relator, deputado Jorge Côrte Real (PTB-PE).

A lei falimentar já prevê a prioridade de pagamento de empréstimos contraídos por empresas em recuperação judicial que vão à falência. Mas o autor do projeto alega que a redação atual não é clara o suficiente, necessitando de aprimoramento.

Côrte Real apresentou um substitutivo que exclui o dispositivo que também considera extraconcursais os empréstimos e financiamentos concedidos após a decretação da falência. "Nessa etapa deve haver a liquidação de ativos, não sendo razoável considerar a necessidade de realização de novos contratos de financiamento", alegou.

## Tramitação

O projeto, que tramita em caráter conclusivo, ainda será analisado pelas comissões de Finanças e Tributação; e Constituição e Justiça e de Cidadania.

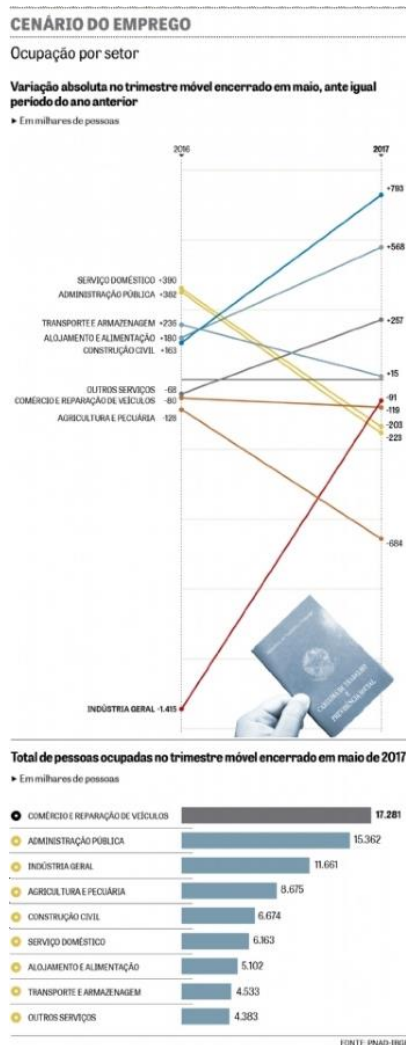
Íntegra da proposta:

- [PL-1933/2015](#)

## Serviços não duráveis iniciam recuperação das contratações

25/07/2017 – Fonte: DCI

**PERSPECTIVAS. Para especialistas, uma geração de vagas mais expressiva será vista primeiro nos setores ligados ao consumo mais rápido, como lazer, recreação e alimentação fora do domicílio**



A recuperação do mercado de trabalho começará pelos serviços e comércio de não duráveis, enquanto o emprego ligado aos segmentos de bens de consumo de longo prazo demorará mais para reagir.

No entanto, essa perspectiva de retomada de geração de postos está prevista para ocorrer somente em 2018. Para os cinco meses restantes de 2017, espera-se somente que as quedas no nível de ocupação desacelerem lentamente e que o desemprego feche o ano a uma taxa ainda elevada, entre a 12% a 13% da população economicamente ativa (PEA), projeta a pesquisadora do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Maria Andréia Parente.

Ela avalia que se o ambiente político "parar de contaminar" a economia no próximo ano, o nível de ocupação irá se estabilizar, ou seja, parar de cair. "No entanto, só mais para o final de 2018, início de 2019 que nós veremos, de fato, essa população ocupada voltando a crescer", pondera a pesquisadora.

Esta recuperação de vagas, diz Maria Andréia, será iniciada pelos serviços e pelo comércio de rápido consumo, ligados ao lazer, recreação e alimentação fora do domicílio, despesas que não envolvem um capital elevado ou um financiamento, como adquirir um imóvel ou um automóvel, por exemplo.

"A partir do momento em que o trabalhador percebe que o risco de perder o seu emprego está menor, ele se sente mais confiante e começa a fazer gastos que até então evitava, como ir ao cinema, comer fora em um restaurante, ir ao cabeleireiro, à manicure", cita a economista.

Maria Andréia pontua que a aprovação da reforma trabalhista pode acelerar o processo de geração de postos em 2018. "Hoje, se eu tenho um bar, mesmo que ele tenha mais movimento só no final de semana, eu preciso contratar uma pessoa para fazer a jornada semanal, mesmo não tendo trabalho para ela", conta. "Mas com a reforma trabalhista, isso mudará. Por formalizar o trabalho temporário e intermitente, eu vou poder contratar uma pessoa para trabalhar só por alguns dias."

### Desemprego

A pesquisadora do Ipea destaca ainda que a taxa de desemprego pode ter expansão quando a atividade econômica começar a retomar fôlego, por conta do retorno dos desalentados (quem desistiu de procurar emprego) à PEA.

Dados mais recentes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad) já mostram um pequeno avanço pontual da ocupação no setor de serviços. No trimestre encerrado em maio, houve uma alta de 568 pessoas empregadas nas atividades de alojamento e alimentação, uma alta de 12,5% ante igual trimestre de 2016. Já o grupo Outros Serviços expandiu em 257 pessoas (+6,2%).

Porém, o professor de economia da ESPM Orlando Assunção Fernandes diz que este avanço não é uma "boa sinalização" para o mercado de trabalho. "Um crescimento do nível de ocupação destes serviços é um sinal de precarização, pois são setores cuja remuneração é baixa. Tratam-se de pessoas que perderam o seu emprego no comércio e na indústria e que estão sendo recolocadas em serviços com uma remuneração menor", afirma Orlando.

Por outro lado, o professor da ESPM considera que a recuperação da renda real média do trabalhador que está empregado é um indicativo de estabilização do mercado de trabalho. "O último dado da Pnad mostra que a renda real média subiu para R\$ 2.110, valor do último trimestre de 2014. Então, já vemos que ela começou a voltar gradativamente, dando sinais de estabilização", reforça.

Em relação à indústria, o professor da ESPM avalia que o "pior já passou". Isso significa que a perspectiva daqui até o final de 2017 é de quedas menores na ocupação

industrial, porém ainda sem projeção de contratação, dada à elevada capacidade ociosa do setor.

Segundo a Pnad, a ocupação industrial recuou 0,8% (-91 pessoas) no trimestre encerrado em maio, em relação ao mesmo período do ano passado.

Maria Andréia acrescenta que até a metade de 2018, as empresas ainda estarão reocupando a sua capacidade instalada. "O empresário não vai contratar mesmo que tenha um aumento da produção. Ele vai usar a mão de obra que já existente e que está subutilizada para dar conta desta expansão".

#### Construção civil

O professor de economia da Trevisan Escola de Negócios Thiago Novaes, por sua vez, diz que está "bastante cético" com relação à recuperação de mercado de trabalho. Ele cita o caso "trágico" do desemprego na construção civil. "Este é um setor [construção civil] bastante indicativo da geração de postos de trabalho, porque ele emprega muita gente no Brasil. É um segmento que está parado, andando a passos vagorosos."

Também não há ainda perspectiva de recuperação na empregabilidade da construção civil. Se, por um lado, o setor público - responsável por impulsionar grandes obras - está com o orçamento apertado e sem perspectivas de desengavetar grandes investimentos, por outro, o volume de crédito voltado para o mercado imobiliário está escasso.

"Sem grandes investimentos, não há emprego, por mais que os juros caiam e que a inflação esteja decrescente", reforça o professor da Trevisan. Para ele, a crise política ainda tem chances de se aprofundar, o que postergaria por mais tempo a recuperação da confiança das empresas e a retomada dos aportes.

A recessão, para Thiago, também deixou uma herança negativa. "Nos últimos dois anos, o número de matrículas nas universidades caiu bastante e muitos cursos fecharam. Isso cria um problema de baixa produtividade. Por mais que você gere emprego lá na frente, não haverá pessoas para ocupar cargos mais qualificados", finaliza.

### **Fim do acordo marítimo com Chile beneficia economia brasileira, diz CNI**

25/07/2017 – Fonte: CNI

**Medida em vigor desde a década de 1970 penaliza o comércio bilateral ao limitar a competição na oferta de navios. Intenção do acordo era estimular indústria naval, mas estudo da CNI mostra que nenhuma das embarcações que opera na rota foi construída em um dos dois países**

O Acordo de Transporte Marítimo Brasil-Chile e seus 42 anos de entrave à competitividade brasileira e chilena devem ter um fim nesta terça-feira (25), durante reunião da Câmara de Comércio Exterior (Camex) do governo federal. Esta é a expectativa da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e das mais de 3,6 mil empresas exportadoras e quase 1,2 mil importadores nacionais, prejudicados diariamente pelo acordo.

Estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV) mostra que o frete cobrado das empresas na rota Brasil-Chile Chile-Brasil é 45% mais caro devido ao monopólio que o tratado de exclusividade entre os dois países criou na rota. O próprio governo, por meio do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), calcula que o preço final dos produtos é, em média, 4,92% superior. "Não há nenhuma justificativa econômica para se manter esse acordo em vigor", diz o diretor de Desenvolvimento Industrial da CNI, Carlos Abijaodi.

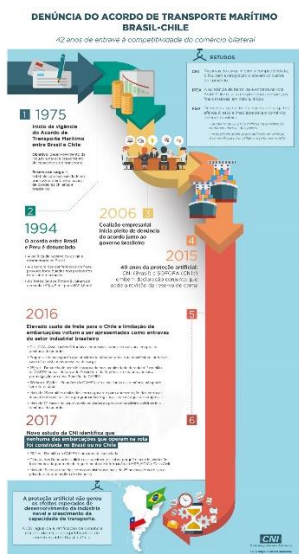


Além de ser prejudicial ao comércio, a CNI explica que o acordo não cumpriu seu único objetivo que era de estimular a indústria naval dos países. Levantamento da indústria, a partir de navios que operam na frota, mostra que nenhuma das embarcações foi construída no Brasil ou no Chile. Foram construídos em estaleiros na China, Coreia do Sul, Japão, Croácia e Filipinas.

O acordo prevê que só empresas de bandeira brasileira ou chilena podem operar na frota. Mas o comércio está restrito a duas empresas e, pelo menos outros seis armadores com interesses em transportar mercadorias entre dois países, estão proibidos de operar. Do ponto de vista brasileiro, o acordo é ainda mais nocivo, já que, nos últimos anos, a participação da bandeira nacional no comércio só ocorreu em 15% dos casos, ficando 85% do tráfego em mãos da bandeira chilena.

**ACORDO BRASIL-CHILE** – Nas décadas de 1960 e 1970, os países assinavam esses acordos baseados na reserva de carga para armadores domésticos, para promover e ampliar as marinhas mercantes nacionais. No entanto, as profundas transformações no mercado de navegação decorrentes do processo de containerização, concentração e fusão de empresas, levaram a grande maioria dos países – inclusive o Brasil – a abandonar ou flexibilizar o uso desse tipo de instrumento.

“A manutenção do acordo baseado em políticas ultrapassadas vem gerando crescente insatisfação dos usuários, que são obrigados a conviver com valores elevados de frete, baixa frequência e conectividade das rotas e pouca flexibilidade da oferta para atender a cargas com diferentes características”, diz Abijaodi.



**Acordo entre Brasil e Colômbia beneficia setor automotivo**

25/07/2017 – Fonte: Automotive Business



Novo ACE beneficiará setor automotivo no Brasil a partir de maior aproximação com a Colômbia

Ao assinar na última sexta-feira, 21, em Mendoza, na Argentina, o Acordo de Complementação Econômica (ACE) entre Mercosul e Colômbia, que aprofunda as relações comerciais entre os países envolvidos, Brasil e Colômbia possibilitarão

finalmente a entrada em vigor do novo acordo que beneficiará o setor automotivo. Um modelo do acordo foi firmado entre os dois países em abril deste ano (leia [aqui](#)), mas havia nascido em outubro de 2015 (leia [aqui](#)) e até agora não tinha avançado.

É fato que ainda não há informações sobre quando exatamente o acordo vai vigorar, o que segundo o MDIC, será em breve. O ministério aponta que o novo acordo beneficiará as exportações brasileiras "porque melhora as condições de acesso do Brasil ao mercado colombiano principalmente para produtos automotivos, têxteis e siderúrgicos", informa em nota.

Além de zerar a alíquota de importação de veículos entre os dois países, o acordo prevê a concessão de 100% de preferência para veículos dos dois países, com cotas anuais crescentes, sendo 12 mil unidades para o primeiro ano, 25 mil no segundo e 50 mil veículos a partir do terceiro ano.

"A Colômbia é um excelente mercado para os veículos fabricados no Brasil devido à proximidade geográfica. Todas as empresas instaladas no Brasil, que possui a maior indústria automotiva da América do Sul e uma das maiores do mundo, vão ser beneficiadas com o acordo com a Colômbia", afirmou o ministro do MDIC, Marcos Pereira. Ele também frisou que o novo acordo ainda proporcionará maior agilidade nas tomadas de decisão e vai colaborar para criação de um novo cenário para as relações econômicas e comerciais na região latino-americana.

## **INTERCÂMBIO COMERCIAL**

Em 2016, as exportações brasileiras para a Colômbia cresceram 5,7% com relação ao ano anterior, para US\$ 2,23 bilhões. No mesmo período, as importações da Colômbia diminuíram 23,7%, gerando um superávit de US\$ 1,32 bilhão na balança comercial entre os países.

Do total das exportações brasileiras, 88% foi de produtos manufaturados, com destaque para os automóveis, com 5,5% de participação, pneumáticos com 4,5%, produtos laminados de ferro e aço com 3,5%, veículos de carga com 2,7%, autopeças para veículos e tratores com 2,3% e motores para automóveis e suas autopeças, com 2,1%.

### **Exportação da indústria paulista cresce 11,8% no semestre, diz Fiesp**

25/07/2017 – Fonte: Bem Paraná

De acordo com estudo da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), a balança comercial do estado de São Paulo apresentou superávit de US\$ 2,9 bilhões nos primeiros seis meses deste ano. Houve crescimento de 11,8% nas exportações (US\$ 28,7 bilhões) e de 4% nas importações (US\$ 25,8 bilhões), em relação ao mesmo período em 2016.

As informações são da Agência Brasil. No estado, o município de São José dos Campos foi líder em exportações, com US\$ 4,3 bilhões entre janeiro e junho, avanço de 48% ante o mesmo período no ano passado. Foram exportados combustíveis minerais, óleos minerais e produtos da sua destilação, matérias betuminosas, ceras minerais, aeronaves e aparelhos espaciais.

As importações somaram R\$ 1,2 bilhão, recuo de 45,9% contra os primeiros meses de 2016. Na segunda posição do ranking está a capital paulista com US\$ 3,9 bilhões, queda de 10% ante o semestre em 2016. São Paulo exportou, especialmente, açúcares e produtos de confeitaria (32,1% do total vendido).

Na importação, a capital ficou em primeiro lugar no estado, com aumento de 11,2% no setor de máquinas, aparelhos e materiais elétricos. Santos ficou com o terceiro

lugar em exportações com US\$ 2,4 bilhões, equivalente a 18,9% de alta. Foram destaque açúcares e produtos de confeitaria (36,5%).

As importações totalizaram US\$ 541,2 milhões, aumento de 50,2% sobre o primeiro semestre de 2016. Santos conquistou o segundo maior superávit da balança comercial entre os municípios, com US\$ 1,9 bilhão, 12,1% superior ao mesmo período do ano passado. Para o diretor do Derex (Departamento de Relações Internacionais e Comércio Exterior) da Fiesp, Thomaz Zanotto, o aumento das exportações tem relação com o PNE (Plano Nacional de Exportações), mecanismos de financiamento às exportações e atividades da Apex (Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos). Também contribuíram a previsibilidade da taxa de câmbio e a safra recorde da agricultura.

## **Congresso enfrenta reforma política após recesso**

25/07/2017 – Fonte: Senado Notícias



- [PEC 77/2013](#)

Senadores e deputados voltam do recesso no dia 1º de agosto com um tema polêmico e urgente na pauta: a reforma política. Os parlamentares negociam mudanças no financiamento das eleições, no funcionamento dos partidos e até na forma de escolher vereadores e deputados. Mas, para entrar em vigor na campanha de 2018, as alterações precisam ser aprovadas na Câmara e no Senado até setembro deste ano.

O deputado Vicente Cândido (PT-SP), relator da reforma política na Câmara, propõe a criação de um fundo de R\$ 3,5 bilhões para bancar as eleições de 2018. Nos anos seguintes, o Fundo Especial de Financiamento da Democracia (FFD) seria de R\$ 2 bilhões. O relatório deve ser votado em agosto em uma comissão especial e também no Plenário da Câmara.

A criação do FFD divide a opinião dos senadores, que também vão precisar votar o texto da Câmara. De um lado, parlamentares lembram que o Supremo Tribunal Federal (STF) proibiu o financiamento de campanha por empresas e que as contribuições de pessoas físicas não são suficientes para cobrir todos os gastos. Para o senador José Medeiros (PSD-MT), sem a reforma “é quase impossível ter eleição”.

– O pessoal está desesperado porque hoje não tem financiamento de campanha. Vai ter que explicar bem para a sociedade que ou faz um fundo de campanha ou faz um fundo privado. O que não pode é dizer: “Olha, não tem financiamento de campanha”. Dinheiro não dá em árvore. Se não é privado, vai ter que ser público – disse Medeiros.

O relatório do deputado Vicente Cândido mantém a doação por pessoas físicas até o limite de 10% do rendimento declarado no Imposto de Renda. Os candidatos a cargos proporcionais (vereadores e deputados) poderiam financiar, com dinheiro do próprio bolso, até 5% da campanha de 2018. Mas isso seria proibido para os cargos majoritários (prefeito, governador, presidente e senador).

O senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) defende a proposta de Vicente Cândido. Para ele, a decisão do STF deixou o financiamento “no limbo”.

– Tem que votar a reforma. Não há como entrarmos em um novo processo eleitoral com as regras que estão hoje valendo. Não pode ficar num limbo como está. Não se permite mais o financiamento privado de empresas, mas em compensação o fundo

partidário não sustenta. Do jeito que está é o “me engana que eu gosto” – afirmou Flexa.

De outro lado, parlamentares alertam que a criação do FFD pode enfrentar desgaste social e econômico. O líder do PMDB, senador Raimundo Lira (PB), avalia que a aprovação da matéria “vai depender da opinião pública e da situação financeira do país”.

– As eleições precisam ser financiadas diretamente pelo próprio eleitor, não via Tesouro Nacional. Via Tesouro é um financiamento compulsório, não é espontâneo. Na medida em que o eleitor vá se acostumando a doar aos seus candidatos, acho que seria o melhor sistema – disse Lira.

Em junho, após um encontro com lideranças da Câmara e do Senado para discutir a reforma política, o presidente do Congresso, senador Eunício Oliveira (PMDB-CE), também se mostrou cauteloso sobre a criação de um novo fundo.

– Essa é uma matéria que tenho muita dificuldade de tratar. Não sei se a sociedade vai compreender você usar recursos novos para o financiamento de campanha num momento de dificuldade, crise e desemprego – afirmou Eunício.

Para a senadora Regina Souza (PT-PI), o FFD pode reduzir fraudes e irregularidades no financiamento eleitoral.

– É mais fácil fiscalizar. É só o Tribunal Superior Eleitoral montar um esquema de fiscalização que dá para pegar as pessoas que abusarem. Mas não deixa de ter aquela compra clandestina, que é o cabo eleitoral recebendo dinheiro para angariar votos. Isso está na cultura eleitoral deste país, infelizmente – disse Regina.

### **Prioridades para 2018**

Além do financiamento das campanhas, três pontos estão na mira da reforma política negociada entre Câmara e Senado: novas regras para a escolha de vereadores e deputados; fim das coligações nas eleições proporcionais; e cláusula de barreira para o funcionamento dos partidos.

O deputado Vicente Cândido também relata uma Proposta de Emenda à Constituição ([PEC 77/2013](#)) que muda o jeito de escolher vereadores e deputados estaduais, distritais e federais. Hoje, eles são eleitos pelo sistema proporcional, em que todos os votos vão para os partidos e as coligações – e não para o candidato.

O relator defende um modelo misto: metade dos parlamentares continuaria sendo eleita de forma proporcional, enquanto a outra metade chegaria à Câmara pelo voto majoritário em distritos eleitorais.

– O eleitor passa a ter uma consciência plena de quem de fato o representa no parlamento. Elege-se deputado no distrito aquele candidato que obtiver o maior número de votos. Sem transferência de votos. Fortalece-se a relação entre representantes e representados e freiam-se as tendências fragmentárias típicas de sistemas unicamente proporcionais – afirmou Vicente Cândido.

De acordo com o relator, o sistema eleitoral misto valeria apenas a partir de 2020. Vicente Cândido sugere que, em 2018, os deputados federais, estaduais e distritais ainda sejam eleitos pelo modelo proporcional. Mas isso ainda não é consenso entre os parlamentares.

Os outros dois temas da reforma política também dependem de análise dos deputados. A PEC 282/16 foi aprovada no ano passado pelo Senado e aguarda parecer de uma comissão especial da Câmara, antes de seguir para o Plenário. A relatora é a deputada Shéridan (PSDB-RR).

O texto proíbe as coligações nas eleições proporcionais a partir de 2020 e impõe regras para que os partidos tenham acesso ao dinheiro do Fundo Partidário e ao tempo de rádio e TV. Pela proposta, só recebe o benefício a legenda que, em 2018, garantir 2% dos votos válidos nas eleições para a Câmara em pelo menos 14 estados, com 2% de votos válidos em cada um deles. A partir de 2020, o corte sobe para 3% dos votos em 14 estados.

Senadores defendem a cláusula de barreira. Mesmo aqueles de partidos que podem sofrer com as novas regras, como é o caso da Rede.

– O que não pode é continuar essa farra que está a política brasileira hoje. Um sistema político com 33 partidos, convenhamos, é inviável. Os partidos têm que se adequar à nova realidade: partido decente não pode concordar com o sistema político em que, a cada eleição, partido estabelece preço para ser vendido – disse o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP).

A senadora Regina Souza defende uma regra de transição, para que a cláusula de barreira não prejudique legendas históricas, como o PCdoB.

– Temos muito partidos com consistência ideológica que podem ficar prejudicados, e isso é muito ruim. Mas tem também muita sigla de aluguel. Talvez fosse necessário fazer uma exceção para os que já estão no Congresso, conseguiram se firmar e têm representação. Mas a impressão que me passa é que muita gente tem uma gana de acabar com os pequenos, e principalmente com os ideológicos – avaliou Regina.

### **Pouco tempo**

Com tantos pontos polêmicos na pauta, senadores têm uma dúvida: será que as mudanças serão aprovadas a tempo de valer nas eleições de 2018? Para Randolfe Rodrigues, as denúncias apresentadas pelo Ministério Público Federal contra o presidente Michel Temer podem comprometer o calendário de votações na Câmara.

– Acho conturbado. É delicado porque ainda temos uma e depois mais duas denúncias contra o presidente da República para serem apreciadas pela Câmara. Acho que o tempo vai ficar muito apertado. Precisaríamos de um grande acerto entre Câmara e Senado para aprovarmos alguns pontos mínimos de consenso da reforma – afirmou Randolfe.

O líder do PMDB, senador Raimundo Lira, diz ter certeza de que uma reforma política ampla para 2018 é inviável.

– Não vai dar tempo. Até setembro, não vai dar para fazer uma reforma eleitoral consistente. Talvez sejam aprovadas uma ou duas questões pontuais. Por exemplo: o distritão, que vai deixar na cabeça do eleitor a certeza de que aquele deputado mais votado vai ser eleito – disse Lira.

O senador José Agripino (DEM-RN) está mais otimista.

– Não interessa clima desfavorável. Você vai ter que montar um esquema de votação compulsório porque, se não, você não tem eleição com regras definidas. Não interessa negócio de clima. Interessa que você vai ter que votar. Não tem plano B: ou vota ou vota – afirmou Agripino.

## **Com adiamento, reforma terá de ser mais dura**

25/07/2017 – Fonte: Isto É Dinheiro

O secretário de Previdência do Ministério da Fazenda, Marcelo Caetano, alerta que o adiamento da aprovação da reforma da Previdência para o próximo governo exigirá uma “compensação” mais forte do próximo presidente da República para equilibrar as contas públicas.

“A reforma lá na frente vai ter de ser mais forte do que a atual. Como a situação lá na frente estará mais crítica, vai ter de compensar fazendo uma reforma mais forte”, afirma.

Segundo ele, a aprovação da reforma neste ano é maior do que os R\$ 18,6 bilhões de economia para 2018 e 2019 por causa do sinal que a aprovação dá em direção a contas públicas mais equilibradas. Consequentemente, aponta para dívida pública e juros mais baixos.

“O impacto fiscal é mais de longo do que de curto prazo. Mas tem reflexos no curto prazo por passar a visão de um ambiente de juros mais baixos”, afirma o secretário. O Tribunal de Contas da União (TCU) concluiu recentemente uma auditoria nas contas da Previdência e constatou que a tendência de crescimento das despesas com aposentadorias e pensões é preocupante. O diagnóstico do TCU mostra que “a Previdência é um caos de muitas gestões”, disse o ministro do TCU José Mucio Monteiro, que foi relator do processo.

“Não sei quem mais vai ter o talento de adiar esse problema, porque esse problema está na nossa porta. Assim como as outras reformas. Temos protelado a resolução de algumas questões que são imunes a quem está no governo. São problemas que serão da sociedade brasileira, seja de que partido for (o governo)”, afirmou Monteiro.

Pressa. O secretário de Previdência defende a votação do texto aprovado na comissão especial ainda este ano para estancar o crescimento acelerado dos gastos previdenciários. Em 2018, a previsão é de que o rombo no INSS alcance R\$ 202,2 bilhões.

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), disse que vai pôr a reforma para votar em agosto. Mas parlamentares admitem nos bastidores que, se a Procuradoria-Geral da República (PGR) apresentar outras denúncias contra o presidente Michel Temer no mesmo mês, não haverá chances de o texto ser aprovado ainda em 2017.

Temer também é investigado por organização criminosa e obstrução à Justiça, além de corrupção passiva (crime pelo qual já foi denunciado).

## **Reforma trabalhista reforça multa por má-fé em processos judiciais**

25/07/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo



Carteira de trabalho; reforma trabalhista reforça multa por má-fé em processos judiciais

A reforma trabalhista tenta combater a chamada litigância de má-fé, quando um funcionário pede na Justiça direitos além daqueles que efetivamente deixaram de ser pagos para pressionar o empregador a fazer um acordo.

De acordo com o texto, o trabalhador ou empregador que agir de má-fé nos processos trabalhistas —alterando a realidade dos fatos, protelando o processo com recursos ou induzindo o juiz ao erro, por exemplo— será punido com multa de até 10% do valor da causa, podendo ser condenado até a indenizar a parte contrária.

A medida vai reforçar um posicionamento que já é adotado, ainda que timidamente, em todas as instâncias da Justiça do Trabalho.

"O número de condenações ainda não é expressivo, mas a Justiça já usa o CPC (Código de Processo Civil) para punir situações desse tipo", diz o presidente do TRT-2 (Tribunal de Justiça do Trabalho da Segunda Região), São Paulo, o desembargador Wilson Fernandes. Há multa, mas o percentual é definido pelo juiz.

"Esse posicionamento da Justiça [de punir a má-fé] vai ficar ainda mais acentuado com a reforma trabalhista", afirma o advogado Otavio Pinto e Silva, do escritório Siqueira Castro Advogados.

O presidente da Anamatra (Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho), Guilherme Feliciano, considera que a inclusão desse ponto na reforma é desnecessária. "Nunca houve frouxidão da Justiça do Trabalho. Sempre foram punidos os casos de má-fé tanto do trabalhador quanto da empresa."

Casos de condenações por má-fé na Justiça trabalhista estão se tornando mais frequentes e notórios.

Recentemente o TRT-2 manteve condenação de primeira instância contra um ex-presidente de um banco privado que reivindicava o pagamento de valores que já tinha recebido em uma negociação extrajudicial.

O executivo terá de desembolsar R\$ 9,2 milhões, conforme decisão do tribunal. Cabe recurso.

## **DISPARADA**

Nos últimos anos, a Justiça do Trabalho viu o número de processos aumentar significativamente. Entre 2010 e 2016 a quantidade de ações subiu quase 40%, saltando de 2 milhões de processos para 2,75 milhões. Reflexo, dizem especialistas, da crise, que aumentou o desemprego.

"A crise econômica fez aumentar o número de desempregados e, com isso, houve um aumento de ações trabalhistas requerendo, principalmente, o pagamento de verbas rescisórias", diz o advogado Eduardo Maximo Patricio, do escritório GMP Advogados Patricio.

"Sempre houve um mito de que a Justiça do Trabalho era protetiva, mas há muitos casos em que os trabalhadores simplesmente não recebem o que lhe é devido e têm que recorrer à Justiça", afirma o presidente da Anamatra, Guilherme Feliciano.

## **Microempresas poderão ser dispensadas de depósito recursal em reclamações trabalhistas**

25/07/2017 – Fonte: Portal Câmara

A Câmara dos Deputados analisa o Projeto de Lei 6704/16, do deputado Laercio Oliveira (SD-SE), que extingue a exigência de depósito recursal para as microempresas e empresas de pequeno porte no caso de reclamações trabalhistas.

"Os depósitos prévios exigidos para a interposição de recursos e ajuizamento de ação rescisória na Justiça do Trabalho são excessivamente onerosos para as microempresas e empresas de pequeno porte", argumenta Oliveira.

“Isso significa, na prática, a impossibilidade de acesso à Justiça, pois tais valores tendem a ser muito altos em comparação ao capital de giro necessário à estabilidade financeira da entidade”, complementa.

Segundo parlamentar, os custos elevados “fazem com que as empresas deixem de interpor recursos legítimos perante a Justiça do Trabalho”.

O projeto altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT - Decreto-Lei [5.452/43](#)) e as leis [5.584/70](#) (trata de normas de Direito Processual do Trabalho), [7.701/88](#) (trata da especialização de Turmas dos Tribunais do Trabalho em processos coletivos) e [8.177/91](#) (estabelece regras para a desindexação da economia).

### **Tramitação**

A proposta, que já foi [aprovada](#) pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços; ainda será analisada pelas comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Íntegra da proposta

- [PL-6704/2016](#)

## **Entenda o que a reforma trabalhista mudou no afastamento por insalubridade**

25/07/2017 – Fonte: Gazeta do Povo

### ***Afastamento de mulheres grávidas ou que estão amamentando não é mais obrigatório para graus mínimo e médio de insalubridade***



Atividades que envolvem radiação, como a radioterapia, são consideradas insalubres  
Paula Martins

Quando você ouve falar de trabalho insalubre, geralmente faz associação com uma tarefa pesada de trabalho braçal? Esse é o raciocínio de muita gente, que liga a insalubridade a uma atividade de muita força física e sujeira, como o trabalho em uma mina de carvão.

Mas a classificação de trabalho insalubre é ampla – e ele está mais próximo de você do que se imagina. Um exemplo é o setor de saúde, que tem várias atividades consideradas insalubres, como a radiologia. E a reforma trabalhista, recém-aprovada, vai alterar muito o cotidiano de mulheres que trabalham com esse tipo de função.

A reforma alterou o afastamento de mulheres gestantes e lactantes de atividades insalubres. Se antes, toda empregada era afastada das suas funções – e realocada em outros setores da empresa, por exemplo – com a nova lei, que passa a vigorar em novembro, a regra é de que apenas as grávidas expostas a um grau máximo de insalubridade serão afastadas no ato.

Para atividades de graus médio ou mínimo, o afastamento da função só será realizado caso a mulher apresente um atestado médico com esta recomendação. Já para as mulheres que estão amamentando, o afastamento de função – em qualquer grau de insalubridade – só será concedido mediante atestado médico.



Os adicionais de insalubridade pagos no Brasil variam de acordo com o risco da atividade e são determinados pela Norma Reguladora nº 15 e suas portarias, todas emitidas pelo Ministério do Trabalho. Esse adicional é calculado sobre o salário mínimo da região e equivale a 40% para atividades de grau máximo, 20% para grau médio e 10% para grau mínimo. A classificação da atividade nesses graus depende de perícia e análise técnica.

A vice-presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Ana Claudia Bandeira Monteiro, critica a mudança na legislação: para ela, não são essas garantias a mulher que prejudicam o acesso ao emprego. Ela cita como exemplos de atividades insalubres em que há muitas mulheres empregadas, além da radiologia, o trabalho em frigoríficos (frio) e a indústria química.

Para ela, do jeito que está redigida, a lei é muito ruim porque submete a pessoa de qualquer forma ao trabalho insalubre. "No Brasil, ao contrário do que acontece em outros países, não há a tentativa de eliminar o elemento insalubre, mas sim de pagar o adicional. Para qualquer pessoa, o melhor é eliminar o que causa a insalubridade. Mas, claro, há atividades em que é impossível eliminar o elemento causador de forma integral", critica.

"Com a reforma, o que se pretende é mascarar a situação de insalubridade colocando a responsabilidade na empregada. Essa coisa de 'médico de confiança da mulher' quem é que tem? No Brasil, mal tem saúde pública, pensando no aspecto prático, o que a pessoa vai ter de enfrentar no SUS para conseguir trabalhar?", questiona a procuradora.

### ***Mudança na mira***

A mudança é polêmica. A alteração foi proposta pelo relator do projeto na Câmara dos Deputados, Rogério Marinho (PSDB-RN), e foi alvo de uma das sugestões de veto do Senado. Para acelerar a tramitação do projeto, os senadores não fizeram nenhuma alteração no texto, seguros de que o presidente Michel Temer (PMDB) faria os vetos que eles sugeriram posteriormente.

Uma minuta com as alterações chegou a circular entre os parlamentares em Brasília, mas nada avançou além de conversas informais.

Ana Claudia avalia que a confusão no cenário político neste período de vacância da lei deve trazer modificações, ainda mais neste caso que amplia o debate. "No caso da gestante, o debate vai além da trabalhadora. É questão de interesse do nascituro e a tutela aí é de um interesse muito maior, de toda a sociedade", avalia.

## **Estabilidade provisória no emprego para as adotantes será analisada pelo Plenário**

25/07/2017 – Fonte: Senado Notícias



- [PLS 796/2015](#)

Pode ser votado pelo Plenário do Senado em agosto o projeto de lei que garante estabilidade provisória no emprego para as adotantes ou àquelas que tenham guarda judicial para adoção. Se aprovado, o projeto segue para análise da Câmara dos Deputados.

Do senador Roberto Rocha (PSB-MA), o PLS 796/2015-Complementar altera a Lei Complementar 146/2014 para estender às empregadas adotantes ou que venham a obter a guarda judicial para adoção a estabilidade de cinco meses no emprego. Para o autor, o tratamento a filhos biológicos e adotivos deve ser igual.

Em 2002, a Lei 10.421 concedeu a licença-maternidade e o salário-maternidade à adotante. Mas a estabilidade no emprego, direito que as gestantes já têm, ainda não está garantida às adotantes.

O projeto teve relatório favorável da senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) e foi aprovado sem mudanças pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

## **Temer propõe criação de agência e novas regras para setor de mineração**

25/07/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo



Vista da mina Braúna, na zona rural de Nordestina

O presidente Michel Temer anunciará nesta terça-feira (25) um novo marco regulatório para o setor da mineração, que incluirá mudanças nas alíquotas dos royalties de exploração de minerais.

As novas regras, que serão anunciadas em evento no Palácio do Planalto, serão instituídas por decreto presidencial e por três medidas provisórias.

Em 2013, a ex-presidente Dilma Rousseff enviou um projeto de lei sobre o tema, mas ele não avançou no Poder Legislativo.

O presidente irá estipular uma alíquota que irá variar de 2% a 4%, dependendo da cotação internacional do minério e do volume produzido. A proposta é que, embora os percentuais sofram mudanças, não ocorram modificações na divisão dos recursos com as unidades da Federação.

A previsão é de que as mudanças gerem um aumento de 15% na arrecadação federal, proporcionando uma receita extra de R\$ 1,5 bilhão.

O Palácio do Planalto, que discute desde março as novas regras, também criará a ANM (Agência Nacional da Mineração), que substituirá o DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral) e atuará como um órgão regulador.

As medidas ainda irão alterar as regras de licenças ambientais e de fiscalização do setor, reclassificando e atualizando 20 itens do atual código de mineração para destravar investimentos privados. Elas também acabarão com o Renca (Reserva Nacional do Cobre), criado em 1984.

Em outubro, a pasta havia informado que o objetivo era atrair novos investimentos para o setor de mineração.

Segundo ela, a ideia era criar uma espécie de calendário de oferta de áreas para mineração, disponibilizando ao mercado concessões que estão hoje paradas por razões burocráticas ou perda de interesse dos investidores.

## **Governo deve anunciar nesta terça-feira marco regulatório da mineração**

25/07/2017 – Fonte: Tribuna PR

A bancada mineira no Congresso pressiona o Governo Federal para elevar para 3% a alíquota de royalties cobrada sobre a exploração mineral. O tema foi discutido em reunião na noite desta segunda-feira, 24, no Palácio do Planalto. Na terça-feira, 25, o presidente Michel Temer anuncia, em cerimônia marcada para as 16h, o novo marco regulatório do setor de mineração, que deve trazer definição sobre os royalties, o principal ponto do projeto.

A proposta do governo federal é estabelecer uma alíquota flexível para o royalty do minério de ferro, um dos principais itens da balança comercial brasileira. Minas Gerais e Pará são os dois Estados que concentram a exploração e produção nacional de minério de ferro.

Pela proposta do governo, a Compensação Financeira pela Exploração Mineral (Cfem) iria variar de 2% a 4%, atrelada às oscilações internacionais da cotação da commodity. Quanto maior o preço alcançado no mercado, maior o royalty. Também haveria royalties menores para empresas de menor porte. A proposta já contaria com o apoio da área econômica do governo.

A bancada mineira pressiona, porém, para fixar esse piso em um mínimo de 3%. Isso traria benefícios adicionais a Minas Gerais, pois a divisão da arrecadação dos royalties privilegia municípios e Estados produtores, em detrimento da União.

Atualmente, a União fica com 12% das receitas; os Estados produtores, com 23%, e os municípios produtores, com 65%. No ano passado, a arrecadação com royalties da mineração ficou em R\$ 1,797 bilhão.

A expectativa do governo, com as novas regras, é elevar a arrecadação com Compensação Financeira pela Exploração Mineral (Cfem), para algo entre R\$ 4 bilhões e R\$ 4,5 bilhões.

Além da elevação das alíquotas, outra mudança prevista na proposta do governo é que a Cfem passaria a incidir sobre o faturamento bruto das empresas. Hoje, o royalty incide sobre o faturamento líquido.

## **Futuros do minério de ferro sobem mais de 3% com força no mercado de aço**

25/07/2017 – Fonte: R7

Os futuros do minério de ferro na China quebraram uma sequência de três dias de queda nesta terça-feira, com fortes ganhos em um momento em que investidores voltam a focar na força do mercado de aço e após alguns dos maiores produtores globais mostrarem certa dificuldade para cumprir metas de produção.

Ganhos nos mercados de cobre e níquel, fortemente ligados à saúde industrial e econômica da China, também ajudaram a impulsionar o minério de ferro.

O minério de ferro na bolsa de Dalian fechou em alta de 3,24 por cento, a 526,5 iuanes (78 dólares) por tonelada, mais que dobrando os ganhos registrados no início da sessão.

O contrato mais ativo do vergalhão de aço na bolsa de Xangai subiu quase 2 por cento, para 3.568 iuanes (528,59 dólares) por tonelada.

As expectativas do mercado são de que a australiana Fortescue Metals Group anuncie que deverá ficar próxima do limite inferior de sua meta de produção de entre 165

milhões e 170 milhões de toneladas de minério de ferro no ano fiscal de 2017, devido a um clima desfavorável previsto para o segundo semestre em suas minas.

Antes, a mineradora brasileira Vale e a australiana Rio Tinto também já haviam feito alertas sobre suas metas de produção de minério de ferro para 2017, que devem ficar na faixa inferior de suas metas.

### **Depois de alta na gasolina, usineiros querem aumento na tarifa de importação de álcool**

25/07/2017 – Fonte: Gazeta do Povo

***Usineiros querem que governo eleve barreiras contra combustível que vem do exterior, mas há o temor de que isso aumente ainda mais o preço dos combustíveis***



Usineiros querem que governo eleve tarifa de importação do etanol, mas medida pode aumentar ainda mais o preço na bomba Marcelo Andrade / Gazeta do Povo

Insatisfeitos com a alta acelerada da importação de etanol dos Estados Unidos, os produtores de cana-de-açúcar pressionam o governo para que eleve as barreiras contra o combustível que vem do exterior.

Nesta terça-feira (25), a Câmara de Comércio Exterior (Camex), conselho que reúne sete ministros, decide se aumenta a tarifa de importação de zero para 17%. Desde 2010, o etanol importado não paga taxas para entrar no país.

O assunto, porém, está longe do consenso e a área econômica é contra, por temer que a barreira eleve ainda mais o preço dos combustíveis – eles já estão mais caros desde a semana passada, quando o governo aumentou os tributos sobre o etanol, a gasolina e o diesel.

O Ministério da Agricultura será o advogado do setor produtivo na Camex. O principal argumento é que as importações quadruplicaram neste ano, até junho, ante o mesmo período do ano passado, o que levou o Brasil, pioneiro global no uso do etanol como combustível, a ser pela primeira vez na história importador líquido. Ou seja, importa mais do que vende no exterior.

A Unica (entidade que reúne produtores de cana-de-açúcar), que foi favorável à abertura em 2010, antevendo que mercados competidores também baixariam a guarda, hoje torce pelo aumento.

“Há fatores diferentes neste ano do que havia quando a tarifa de importação foi zerada”, diz a presidente da Unica, Elizabeth Farina.

“Houve uma explosão da importação e isso não se resolverá sem ação. Percebemos que se formou nos EUA um excedente estrutural de etanol, cujo mercado prioritário é o Brasil.”

Com a política americana de estimular o etanol à base de milho, a produção no país se expandiu além da capacidade de absorção doméstica. A China, mercado

preferencial, elevou a tarifa de importação de 5% para 30% e a União Europeia abriu um processo de defesa contra os EUA na OMC (Organização Mundial do Comércio).

"Eles têm o Canadá como cliente, mas o mercado de porte hoje é o Brasil", diz Farina. A previsão é que a situação se repita nos próximos anos, daí o pedido para que o governo trave a entrada do concorrente. A área econômica do governo, porém, teme que a barreira resulte num inconveniente aumento de preços, num momento em que o consumidor brasileiro já se ressentido do aumento de tributos.

As usinas brasileiras reduziram em quase 9% a produção de etanol na última safra e a previsão é de nova queda na safra que colherão até março de 2018. A opção pelo açúcar tem sido mais vantajosa com preços externos melhores para o alimento.

Farina afirma que a alta do açúcar foi revertida e que o teto de aumentos para o etanol é a gasolina, cujo preço é ditado pela Petrobras. Segundo ela, a tarifa de importação também pode ser revista no futuro, caso a inundação de etanol dos EUA não ocorra.

"É importante perceber que a tarifa do Mercosul é de 20%, e, na OMC, de 35%. Não pedimos nada exorbitante, só pedimos que não seja zero."

### **Meirelles afirma que Receita refaz contas sobre alta de tributo de etanol**

25/07/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo



O governo está refazendo contas sobre o aumento dos tributos sobre o etanol.

Entre representantes de produtores de cana-de-açúcar, surgiu a suspeita de que a tributação de PIS/Cofins sobre o combustível pudesse estar acima do limite legal.

Nesta segunda (24), o ministro Henrique Meirelles (Fazenda) afirmou que a Receita Federal está recalculando o aumento de PIS/Cofins para ter certeza.

"A avaliação da Receita Federal é que [o tributo] está no limite da lei. Eu recomendei à Receita Federal que fizesse mais uma vez os cálculos para ter certeza de que está no limite da lei", disse Meirelles.

Se não estiver, o ministro afirmou que "a lei será obedecida", sugerindo que pode revisar o aumento do tributo sobre o etanol.

"O pressuposto é que está no limite da lei, mas evidente que o refinamento de contas é sempre positivo", afirmou.

Na quinta-feira (20), em busca de novas receitas, o governo anunciou aumento na tributação de gasolina, álcool e diesel.

No caso do álcool, foi anunciado um reajuste de R\$ 0,12 para R\$ 0,13 no PIS/Cofins cobrado sobre o litro de álcool do produtor e de zero para R\$ 0,20 para o distribuidor.

## O IMPACTO NA BOMBA

Quanto vai custar abastecer se todo o aumento do tributo for repassado ao consumidor

	Gasolina	Álcool	Diesel S10
<b>O litro, em R\$*</b>			
Quanto é hoje	3,485	2,423	3,072
Quanto será	3,895	2,623	3,282
<b>Um tanque de 50 litros, em R\$*</b>			
Quanto é hoje	174,25	121,15	153,6
Quanto será	194,8	131,15	164,1
Aumento	+11,8%	+8,2%	+6,8%

\* Preços médio do país na bomba, segundo pesquisa da ANP entre os dias 9,jul e 15,jul

## Meirelles: 'Nova alta de imposto não se coloca no momento, mas tudo é possível'

25/07/2017 – Fonte: Tribuna PR

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, afirmou nesta segunda-feira, 24, que um novo aumento de imposto é uma discussão “que não se coloca no momento”. Ele ressaltou, no entanto, que “tudo é possível, se necessário”. As declarações foram dadas após participação do ministro em evento da XP Investimentos, na capital paulista.

Sobre a possibilidade de rever a alta nas alíquotas dos combustíveis, Meirelles disse que isso vai depender dos impactos da medida. “Evidentemente que esse é um processo dinâmico, tudo está sujeito a uma reavaliação, que depende da avaliação dos fatos e de determinados impactos econômicos”, afirmou o ministro.

Segundo Meirelles, em vez de novos aumentos de tributo, o governo tem buscado alternativas de receita para elevar a arrecadação. Ele deu o exemplo da antecipação do pagamento de outorga do Aeroporto do Galeão, no Rio de Janeiro, e a liberação de precatórios depositados na Caixa Econômica Federal.

O ministro também minimizou o impacto que o aumento de imposto anunciado na semana passada terá sobre a inflação. “Alguma coisa muda na previsão de inflação, mas a inflação está substancialmente abaixo da meta”, afirmou. Segundo ele, a alta no tributo não teria sido adotada no ano passado, quando o índice de preços estava acima do teto da meta, mas que, hoje, há espaço.

De acordo com ele, os gestores de fundo que participaram da reunião na XP Investimentos não demonstraram preocupação com possíveis impactos da alta no imposto na inflação.

## Meirelles: preocupação de investidor é com aprovação da reforma da Previdência

25/07/2017 – Fonte: Tribuna PR

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, disse nesta segunda-feira, 24, após conversas com investidores clientes da XP Investimentos, na sede da empresa em São Paulo, que as principais preocupações dos investidores são com a aprovação da reforma da Previdência.

“A preocupação é mais no sentido de ter um posicionamento, de até que ponto isso é viável e que de fato haja uma votação a tempo de andarmos no cronograma”, disse.

Depois, disse o ministro, a preocupação é com o cronograma das reformas microeconômicas, como cadastro positivo, duplicata eletrônica e lei de recuperação judicial. "Falamos longamente sobre isso porque essa é a agenda de produtividade importante para o País", afirmou Meirelles.

Ele disse que houve um consenso de que a economia está em recuperação e que agora a questão é como consolidar a agenda de reformas visando a trajetória de crescimento sustentável para os próximos anos.

Meirelles disse que durante a conversa não surgiu a preocupação dos grandes gestores de fundos com a inflação depois do aumento dos impostos incidentes sobre os preços dos combustíveis.

Para o ministro haverá sim algum impacto sobre a inflação em 2017 que, a despeito do aumento dos combustíveis, "ficará substancialmente abaixo do centro da meta". "O próprio Focus nos trouxe uma inflação em torno de 3,40%", Note bem, a meta é 4,5%. Então existe um espaço importante", disse.

Ainda sobre a questão do aumento de impostos sobre os combustíveis anunciado na semana passada, o ministro disse que a sociedade está consciente de que é preciso consolidar o ajuste fiscal.

### **Atraso na reforma da Previdência vai custar R\$ 18,6 bilhões em dois anos**

25/07/2017 – Fonte: Gazeta do Povo



Albari Rosa/Gazeta do Povo

O governo estima que deixará de economizar R\$ 18,6 bilhões no curto prazo nas contas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), caso a aprovação da reforma da Previdência seja adiada para depois das eleições presidenciais de 2018.

O cálculo, feito pelo Ministério da Fazenda, leva em consideração o impacto direto das mudanças nas regras de aposentadorias e pensões previstas no substitutivo da Proposta da Emenda à Constituição (PEC), já aprovado pela comissão especial da reforma na Câmara dos Deputados.

A discussão sobre o adiamento na mudança das regras de aposentadorias e pensões no Brasil ganhou força após o presidente Michel Temer ter sido denunciado por corrupção passiva na delação dos executivos da JBS. Com uma base aliada menos sólida, seria mais difícil para o presidente aprovar uma alteração tão profunda na Previdência do país.

Mesmo antes do estouro da crise política, o governo não tinha os 308 votos favoráveis necessários para aprovar uma emenda constitucional.

Líderes da base aliada já defenderam publicamente que a reforma seja reduzida a alguns pontos, como a fixação de uma idade mínima para a aposentadoria. O Planalto, porém, ainda trabalha com o texto aprovado na comissão especial e planeja retomar as articulações para votação no início de agosto, logo após o Congresso votar a denúncia.

O levantamento sobre o "prejuízo" com um eventual adiamento da reforma pressupõe que o próximo presidente teria de aprovar, já em seu primeiro ano de governo, as mudanças previdenciárias. Portanto, o impacto fiscal positivo esperado com a reforma viria somente em 2020, no segundo ano do novo governo eleito.

Nesse cenário, deixariam de ser economizados no âmbito do INSS cerca de R\$ 4,8 bilhões em 2018 e R\$ 13,8 bilhões em 2019 (a valores de hoje). Essas cifras não consideram os efeitos indiretos que a aprovação da reforma teria nas expectativas e na queda mais rápida da taxa de juros determinada pelo Banco Central.

A perda com o adiamento da votação seria quase o dobro do que o governo espera arrecadar com o aumento do PIS/Cofins sobre combustíveis. A medida foi anunciada na semana passada com a estimativa de obter R\$ 10,4 bilhões este ano e ajudar o governo a cumprir a meta fiscal deste ano, que corre o risco de não ser cumprida.

O impacto de um eventual adiamento só não é maior porque a proposta de reforma da Previdência em tramitação no Congresso Nacional tem efeitos mais limitados no curto prazo. O potencial de economia para as contas públicas cresce ao longo do tempo.

### **Justiça abre ação contra 11 por fraudes de meio bilhão no Carf**

25/07/2017 – Fonte: Tribuna PR

A Justiça Federal abriu nesta segunda-feira, 24, ação penal contra 11 pessoas por corrupção na Receita Federal e no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), órgão que julga as apelações contra multas aplicadas pelo Fisco. O grupo é acusado pelo Ministério Público Federal (MPF) de envolvimento em esquema pagamento de propina para livrar o BankBoston, atualmente Itaú Unibanco, de autuações milionárias.

O Itaú Unibanco esclareceu que "não é parte do processo e não teve acesso à decisão".

Entre os réus estão o ex-diretor jurídico do BankBoston Walcris Rosito, o auditor da Receita Eduardo Cerqueira Leite e os ex-conselheiros do Carf José Ricardo da Silva, Valmir Sandri e Paulo Cortez. Além de corrupção, os implicados vão responder por gestão fraudulenta, lavagem de dinheiro, apropriação de dinheiro de instituição financeira e organização criminosa.

Na ação, os procuradores do caso, investigado no âmbito da Operação Zelotes, pedem que os citados também sejam condenados a pagar uma indenização de R\$ 100 milhões por "danos morais coletivos".

A suposta atuação criminosa na Receita e no Carf teria feito com que o Fisco deixasse de recolher R\$ 509 milhões. O BankBoston foi adquirido pelo Itaú Unibanco durante a tramitação dos processos sob suspeita. Não há, contudo, executivos do Itaú Unibanco entre os denunciados.

Para obter o benefício milionário, o então diretor jurídico do BankBoston teria feito pagamentos ao escritório Pagnozzi & Associados Consultoria Empresarial, de São Paulo. Conforme os investigadores, a empresa fez várias subcontratações para que o dinheiro chegasse aos julgadores da Receita Federal e do Carf. O próprio diretor jurídico do banco, segundo os investigadores, teria ficado com parte dos recursos do esquema.

Os investigadores sustentam que Cerqueira Leite, lotado na Delegacia da Receita em São Paulo, tinha acesso a informações relevantes referentes a processos administrativos e, ao longo do tempo, acumulou experiência sobre os trâmites da fiscalização tributária de instituições financeiras, tornando-se um "valioso ativo" para



empresas que queriam driblar o Fisco. Conforme a denúncia, o servidor recebeu R\$ 1 milhão para favorecer o BankBoston.

“Ele não hesitou em mercenciar a coisa pública em detrimento dos princípios do órgão que o remunerava, vendendo por propina atos de ofício como o de informar sobre a interpretação e aplicação da legislação tributária”, descreve um dos trechos da denúncia.

A Procuradoria da República no Distrito Federal, responsável pela ação, diz que Cerqueira Leite concedeu, de ofício, uma revisão administrativa solicitada pelo banco. Só esse ato teria garantido o encerramento de um caso em que a instituição financeira sofria uma cobrança de R\$ 20 milhões do Fisco.

Na denúncia, consta ainda um relatório da Receita Federal elaborado a partir da análise de demandas apresentadas pelo BankBoston. Foram analisados cinco dos 31 procedimentos que passaram pela Divisão de Orientação e Análise Tributária, setor chefiado por Cerqueira Leite. Em todos, segundo o documento, há indícios de irregularidades e da concessão de benefícios indevidos ao contribuinte.

A denúncia diz que repasses autorizados por Walcris Rosito foram feitos a partir do uso de várias empresas e de sociedades em conta de participação (SCP). O diretor jurídico do BankBoston teria ficado com R\$ 880 mil.

Entre as provas incluídas no processo, constam trocas de mensagens entre os envolvidos, o que permitiu aos investigadores concluir, por exemplo, que os contratos usados para dar aparência de legalidade aos pagamentos foram feitos posteriormente ao suposto “trabalho” prestado.

A estratégia da subcontratação se repetiu para garantir a remuneração de ex-conselheiros do Carf. A denúncia diz que em 2008, mesmo sendo contratado de forma indireta para atuar na defesa do BankBoston, o então conselheiro José Ricardo da Silva votou a favor da empresa num processo. “Pelo ato, José Ricardo recebeu a promessa de vantagens indevidas da ordem de R\$ 6 milhões. Ele teria atuado em outros recursos de interesse do banco”.

Em 2012, segundo a ação, José Ricardo apresentou, como sendo de sua autoria, um voto favorável ao banco que, na realidade, foi elaborado com a participação de outros dois conselheiros, Paulo Cortez e Valmir Sandri, agora denunciados. Sandri e um de seus sócios teriam recebido R\$ 2,3 milhões.

## **Defesas**

A reportagem não localizou representantes da Pagnozzi & Associados Consultoria Empresarial, além de Walcris Rosito, Eduardo Cerqueira Leite e Valmir Sandri.

O Itaú Unibanco se manifestou por meio de nota: “O Itaú Unibanco esclarece que não é parte do processo e não teve acesso à decisão mencionada. O Itaú reafirma que, em 2006, adquiriu as operações do BankBoston no Brasil, sendo que o contrato de aquisição não abrangeu a transferência dos processos tributários do BankBoston, que continuaram sob inteira responsabilidade do vendedor, o Bank of America.

O Itaú não tem e não teve qualquer ingerência na condução de tais processos nem tampouco qualquer benefício das respectivas decisões. O Itaú esclarece, ainda, que nenhum dos denunciados foi funcionário ou diretor desta instituição.”

O advogado de José Ricardo da Silva, Marlus Arns, disse que só vai de pronunciar depois de intimada da decisão.

O advogado de Paulo Cortez, Ivan Moraes, disse que não há elementos para justificar uma denúncia criminal contra seu cliente. Ele afirmou que acredita na inocência do ex-conselheiro do Carf e que os fatos serão esclarecidos durante a “instrução probatória”.

## **Cerimônia do Cartão Reforma é novamente adiada**

25/07/2017 – Fonte: Tribuna PR

Uma semana depois de ter adiado para esta terça-feira, 25, uma cerimônia de lançamento do Cartão Reforma em Caruaru (PE), o evento, que contaria com a presença do presidente Michel Temer, foi novamente adiado. Agora sem data para acontecer.

Em meio à crise e como um aceno ao PSDB, o ministro das Cidades, Bruno Araújo, havia conseguido convencer o presidente a ir até o seu reduto eleitoral para lançar o Cartão Reforma em uma espécie de programa piloto na cidade.

No entanto, após ter marcado para o dia 25 o evento, o ministro foi informado por prefeitos da região que haverá na mesma data um congresso de prefeitos, que poderia ser esvaziado com a presença do presidente no Estado.

Na semana passada, Temer adiou a ida a Caruru por “motivo de logística”, já que o deslocamento do presidente “requer algumas peculiaridades”.

## **Confiança do consumidor cai 0,3 ponto em julho, informa a FGV**

25/07/2017 – Fonte: Isto É Dinheiro

A confiança do consumidor recuou 0,3 ponto em julho ante junho, na série com ajuste sazonal, informou nesta terça-feira, 25, a Fundação Getúlio Vargas (FGV). Com o resultado, o Índice de Confiança do Consumidor (ICC) ficou em 82 pontos, consolidando a tendência de queda sinalizada com o recuo de 1,9 ponto registrado no mês anterior.

“A calibragem da confiança dos consumidores tem sido realizada principalmente nos indicadores de expectativas. Enquanto a incerteza estiver elevada, o consumidor deverá permanecer cauteloso na hora de assumir novos gastos de consumo”, avaliou Viviane Seda Bittencourt, coordenadora da Sondagem do Consumidor no Instituto Brasileiro de Economia da FGV (Ibre/FGV), em nota oficial.

Em julho, houve piora tanto nas avaliações sobre o momento presente quanto nas perspectivas para os próximos meses. O Índice de Situação Atual (ISA) caiu 0,4 ponto, ao passar de 70,1 em junho para 69,7 pontos em julho, a quarta queda consecutiva. O Índice de Expectativas (IE) encolheu 0,3 ponto, para 91,4 pontos, indicando aumento do pessimismo em relação à recuperação econômica.

O indicador que mede o grau de satisfação com a situação econômica atual recuou 0,4 ponto em julho, para 77,1 pontos, o menor patamar desde abril.

Mas a principal contribuição para a queda do ICC no mês foi do subindicador que mede as perspectivas em relação à economia, com redução de 2,2 pontos, para 106,9 pontos, o menor nível desde dezembro de 2016.

“A instabilidade política parece continuar contribuindo negativamente para este resultado”, apontou a FGV, na nota.

A Sondagem do Consumidor coletou informações de mais de dois mil domicílios em sete capitais, com entrevistas entre os dias 1 e 21 de julho.

## **Bandeira vermelha deve voltar para a tarifa em agosto**

25/07/2017 – Fonte: GS Notícias/Valor Econômico

João Carlos Mello, presidente da Thymos Energia: o valor do PLD deve chegar a R\$ 450/ MWh na próxima semana. A bandeira tarifária, mecanismo que cobra valor adicional nas contas de luz para sinalizar ao consumidor a necessidade de acionamento de usinas mais caras, pode voltar ao primeiro patamar da cor vermelha em agosto, após dois meses. Esse patamar gera um acréscimo na tarifa de R\$ 3,00 a cada 100 quilowatts-hora (kWh) consumidos.

A possibilidade de acionamento do primeiro patamar da bandeira vermelha se deve à ausência de chuvas no mês de julho, fato que influencia as previsões para a primeira semana de agosto, período de referência para a definição da bandeira tarifária.

Especialistas e empresas consultados pelo Valor consideram a possibilidade de o preço de liquidação de diferenças (PLD) - preço de energia no mercado de curto prazo - para a primeira semana de agosto, superar o valor de R\$ 422 por megawatt-hora (MWh), que configura o primeiro patamar da bandeira vermelha.

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) anunciará na sexta-feira a cor da bandeira de agosto. O grupo Compass, especializado em comercialização de energia, prevê que o PLD para a primeira semana de agosto fique entre R\$ 400/MWh e R\$ 440/MWh. "A chance de que haja bandeira vermelha cresceu bastante nas últimas semanas", afirmou Gustavo Arfux, sócio-diretor da Compass.

A comercializadora Ecom Energia trabalha com uma estimativa de PLD de R\$ 450/MWh na primeira semana de agosto. "Há uma estiagem muito longa. Depois daquela chuva do fim de maio e início de junho, não foram observadas chuvas significativas no Sul e Sudeste.

As vazões estão em recessão. Isso contamina a previsão de água e de geração hidrelétrica, o que demanda maior geração termelétrica [mais cara]", afirmou o diretor de Inteligência e Risco da Ecom Energia, Carlos Caminada.

O presidente da consultoria Thymos Energia, João Carlos Mello, também espera bandeira vermelha em agosto. Para ele, o valor do PLD deve chegar a R\$ 450/ MWh na próxima semana. A bandeira vermelha foi acionada em abril e maio, mas o grande volume de chuvas registrado no fim de maio acabou ocasionando o acionamento da bandeira verde em junho.

Porém, os níveis dos reservatórios não se recuperaram, e os preços vem subindo gradativamente deste então. O PLD desta semana fixado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) para esta semana é de R\$ 269,76/MWh em todo o país. Para o superintendente de gestão do grupo Delta Energia, Reinaldo Ribas, a bandeira tarifária não deveria ter saído da cor vermelha. "O cenário hídrico está muito ruim.

Em junho, o modelo fez com que o preço caísse bastante por conta do grande volume de chuvas no Sul no fim de maio, mas o cenário continua ruim. Os reservatórios no Sudeste estão em torno de 40% [de armazenamento], o normal seria algo em torno de 60% a 65%.

Além disso, junho ficou muito abaixo da média no Sul e Sudeste." Um dos motivos que explica essa volatilidade dos preços é o fato de o modelo utilizado estar "muito sensível", disse presidente da Comerc, Christopher Vlavianos.

"Uma pequena mudança na ENA [Energia Natural Afluenta, ou o volume de energia que pode ser produzido de acordo com o regime de chuvas] acarreta uma grande

mudança de preços", explicou. A comercializadora projeta um PLD de R\$ 438/MWh em todos os submercados, com exceção do Sul, onde deve ficar em R\$ 427/MWh - também acionando a bandeira. Cecília Lupatini, analista de mercado da Safira Energia, concorda que já era esperado que o comportamento das chuvas no fim de maio e início de junho não fosse um padrão.

Ela corrobora as previsões de bandeira vermelha, no primeiro patamar, para agosto. "Como passamos para um mês de estiagem, devemos ter esse impacto em relação aos preços de agosto", explicou.

Para setembro, a Compass enxerga a bandeira amarela como a mais provável. Naquele mês está prevista a revisão da estimativa de carga (consumo mais perdas) para o país nos próximos anos, com tendência de redução da carga prevista, o que poderá aliviar, em parte o custo marginal de operação (CMO) principal indicador utilizado para o cálculo do PLD.

A expectativa inicial, de acordo com previsões do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) era de bandeira amarela durante todo o período seco atual (de abril a novembro), com acréscimo de R\$ 2 a cada 100 kWh consumidos. Em maio, porém, a situação se agravou e a bandeira foi vermelha, no primeiro patamar.

No mês seguinte ocorreu o contrário e um aumento de chuvas provocou a bandeira verde em junho, retomando ao patamar amarelo em julho. Segundo o diretor-geral do ONS, Luiz Eduardo Barata, a expectativa é que os reservatórios do subsistema Sudeste/Centro-Oeste, o principal do país chegue ao fim do período seco com algo entre 20% e 25% de armazenamento.

### **Incertezas fazem confiança do comércio cair em julho, aponta CNC**

25/07/2017 – Fonte: Tribuna PR

Influenciado pelas incertezas no cenário político-econômico, o Índice de Confiança do Empresário do Comércio (Icec), apurado pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), caiu 0,9% na passagem de junho para julho, atingindo 101,5 pontos.

"O acirramento da crise política reduziu a confiança dos comerciantes nos dois últimos meses, uma vez que predominam incertezas quanto à velocidade do ajuste fiscal. Sinais de retomada gradual das vendas do varejo no curto prazo, no entanto, fortalecem o cenário de um desempenho mais favorável do comércio em 2017", apontou, nesta segunda-feira, 24, a economista da CNC Izis Ferreira.

O resultado de julho ainda mantém o indicador no campo positivo, acima dos 100 pontos da zona de indiferença. Na base de comparação anual, a confiança dos comerciantes avançou 16,7%. O indicador foi influenciado pelo subíndice que mede a percepção dos comerciantes sobre as condições correntes, que chegou a 72 pontos, um ligeiro aumento de 0,2% na passagem de junho para julho, na série com ajuste sazonal. Na base de comparação anual, houve uma variação positiva de 67,7%.

Após cinco meses de crescimento, a percepção dos varejistas quanto às condições atuais da economia (-1,1%) e do desempenho do setor no comércio (-0,6%) piorou em julho. Na comparação com o mesmo período de 2016, no entanto, as avaliações desses dois itens seguem crescendo de forma expressiva, com altas de 95,6% e 49,1%, respectivamente.

A proporção de comerciantes que avaliam que o desempenho do comércio está melhor do que há um ano aumentou. Neste julho, foram 35,7%, contra os 16,2% apurados no mesmo período de 2016. "O desempenho mais favorável das vendas do comércio na base de comparação anual segue sustentando a melhora das avaliações correntes

no ano. Esse movimento tem sido influenciado pela queda dos preços do varejo e pela redução dos juros e do custo do crédito para os consumidores”, acrescentou Izis Ferreira.

O único item na zona positiva na passagem junho para julho foi o subíndice que mede as expectativas do empresário do comércio, que cresceu 1,1% no período e 4,9% na comparação com julho de 2016. Na avaliação de 75,8% dos entrevistados, a economia vai melhorar nos meses à frente. Em junho, porém, esse percentual foi maior, havia alcançado 77,8%, e, em maio, 81,4%.

Já o subíndice que mede as intenções de investimento do comércio registrou nova queda em julho, -1,2% com ajuste sazonal, alcançando 87,7 pontos. Nessa base de comparação, o destaque ficou com o desempenho negativo da intenção de contratar funcionários (-2,1%). Na comparação anual, no entanto, o subíndice aumentou 9,7%, puxado pelas intenções de investimento nas empresas (14,6%), contratação de funcionários (7,8%) e em estoques (1,8%).

De acordo com a CNC, sinais de retomada gradual das vendas do varejo no curto prazo fortalecem o cenário de um desempenho mais favorável em 2017. Apesar de o efeito dos recursos de saques do FGTS ser temporário, a confederação estima que o volume de vendas do comércio ampliado em 2017 deva crescer +1,6%.

O Índice de Confiança do Empresário do Comércio (Icec) detecta as tendências do setor, do ponto de vista do empresário. A amostra é composta por aproximadamente 6 mil empresas situadas em todas as capitais do País, e os índices, apurados mensalmente, apresentam dispersões que variam de zero a duzentos pontos.

### **Procuradoria investiga ex-executivos de bancos por cartel de câmbio**

25/07/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo



Rodrigo de Grandis, procurador da República em São Paulo

O MPF (Ministério Público Federal) denunciou cinco ex-funcionários de bancos internacionais por suspeita de formação de cartel no mercado de câmbio. Os profissionais trabalhavam para os bancos Standard Chartered, Royal Bank of Canada (RBC), Bank of America Merrill Lynch, Deutsche Bank e Morgan Stanley.

De acordo com a denúncia, o grupo combinou uma margem de spread comum (diferença entre o preço de compra e venda de moeda estrangeira) em contratos a prazo com liquidação financeira. Esses contratos são operações de compra e venda de dólar utilizadas principalmente como garantia (hedge) para evitar as consequências de eventuais flutuações de câmbio.

Os ex-funcionários teriam criado também "obstáculos para a atuação de corretores e operadores de câmbio que não participaram do ajuste criado por eles, que inflacionou artificialmente o mercado durante três semanas no mês de novembro de 2009, aumentando o lucro desses bancos em operações milionárias de câmbio".

Os cinco acusados pelo MPF são Eduardo Hargreaves, Sergio Correia Zanini, Renato Lustosa Giffoni, Pablo Frisanco de Oliveira e Daniel Yuzo Shimada Kajiya. Se condenados, poderão receber penas de 2 a 5 anos de prisão e multa.

## **NEGOCIAÇÕES**

As negociações ocorreriam, segundo a denúncia, em um grupo fechado de chat da plataforma da Bloomberg.

As investigações começaram depois que uma das instituições financeiras envolvidas fez um acordo de leniência com o Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica).

O Cade, então, acionou o grupo de combate a cartel do MPF, que abriu um procedimento investigatório criminal para investigar a prática anticoncorrencial em 2015.

Durante a investigação, um dos ex-funcionários envolvidos no episódio, Pablo Oliveira, confessou espontaneamente a sua participação.

Diante da confissão, o MPF pediu que seja reconhecida a condição de colaborador e que sua pena seja fixada em um terço do mínimo previsto e que ele tenha direito à suspensão condicional do processo, caso confirme em juízo sua confissão.

Outros seis operadores de câmbio que trabalhavam em outras instituições financeiras e que também participaram do chat foram investigados, mas o MPF pediu o arquivamento das acusações contra eles, já que não foram encontradas provas de que no período em que houve a combinação de preços eles teriam se envolvido na prática. A denúncia foi protocolada na quarta-feira (19) e distribuída para a 7ª Vara Federal Criminal na quinta-feira (20).

## **OUTRO LADO**

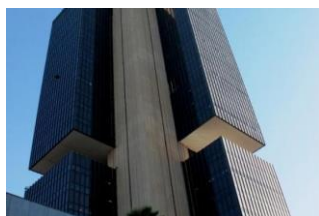
O Standard Chartered informou, por meio de nota, que está ciente "das acusações apresentadas pelo Ministério Público Federal do Brasil contra um ex-funcionário da Standard Chartered Nova York que já não está associado ao banco. Não podemos comentar, pois é uma investigação em andamento e o Standard Chartered não é parte no processo".

O Royal Bank of Canada não foi localizado pela reportagem.

O Bank of America Merrill Lynch, Deutsche Bank e Morgan Stanley disseram que não vão comentar a denúncia.

## **Copom inicia nesta terça reunião para definir taxa de juros, que pode cair para 9,25%**

25/07/2017 – Fonte: Bem Paraná



(foto: Agência Brasil)

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) inicia nesta terça-feira, 25, em Brasília, a quinta reunião do ano para definir a taxa básica de juros, a Selic. Instituições financeiras, consultadas pelo BC, esperam que a Selic seja reduzida em 1 ponto percentual caindo para 9,25% ao ano.

Hoje, pela manhã, o presidente do BC, Ilan Goldfajn, e diretores do banco analisam o mercado. À tarde, é feita a análise de conjuntura. Nesta quarta (26), à tarde, no segundo dia de reunião, após estudo da perspectiva para a inflação e das alternativas

para a Selic, a diretoria do BC define a taxa. A decisão será anunciada às 18h. Para o mercado financeiro, a Selic continuará a ser reduzida em 2017, encerrando o período em 8% ao ano.

A taxa Selic vem sendo diminuída desde outubro do ano passado, quando passou de 14,25% para 14% ao ano. Em novembro, houve mais um corte de 0,25 ponto percentual, seguido por reduções de 0,75 ponto percentual em janeiro e em fevereiro. O Copom acelerou o ritmo de cortes para 1 ponto percentual nas reuniões de abril e maio. Atualmente, a taxa está em 10,25% ao ano.

Com o aumento dos tributos sobre combustíveis, o mercado financeiro aumentou levemente a projeção para a inflação, após sete reduções seguidas. Entretanto, a projeção para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) continua abaixo do centro da meta a ser perseguida pelo BC, que é 4,5%. Para o mercado financeiro, a inflação vai encerrar 2017 em 3,33%.

A Selic é um dos instrumentos usados para influenciar a atividade econômica e consequentemente a inflação. Quando o Copom diminui os juros básicos, a tendência é que o crédito fique mais barato, com incentivo à produção e ao consumo, reduzindo o controle sobre a inflação.

### **FGV: IPC-S sobe em 6 das 7 capitais pesquisadas na 3ª medição de julho**

25/07/2017 – Fonte: Tribuna PR

O Índice de Preços ao Consumidor – Semanal (IPC-S), calculado pela Fundação Getulio Vargas (FGV), registrou aceleração em seis das sete capitais analisadas na terceira quadrissemana de julho na comparação com a segunda leitura do mês. O índice geral teve alta de 0,09% no período, vindo de queda de 0,05% na medição anterior.

As cidades que registraram acréscimo em suas taxas de variação foram Salvador (-0,08% para 0,16%), Brasília (-0,17% para 0,01%), Belo Horizonte (-0,37% para 0,02%), Recife (0,03% para 0,25%), Rio de Janeiro (-0,10% para 0,00%) e São Paulo (0,07% para 0,24%).

Somente Porto Alegre apresentou arrefecimento no período, intensificando a deflação, de -0,01% para -0,08%

### **Mercado de salas e conjuntos comerciais permanece em baixa em junho, diz Fipezap**

25/07/2017 – Fonte: Tribuna PR

O mercado de salas e conjuntos comerciais permanece em baixa, com recuo nos preços de venda e locação em junho, de acordo com pesquisa da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) a partir dos anúncios no site Zap Imóveis. O levantamento engloba escritórios de até 200 metros quadrados (m2) em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Porto Alegre.

O preço médio anunciado de venda dos imóveis comerciais nessas cidades recuou 0,10% em junho na comparação com maio. No primeiro semestre, a retração atingiu 2,17%, enquanto nos últimos 12 meses houve baixa de 4,34%.

Em junho, a queda nos preços foi puxada pelo resultado negativo do Rio de Janeiro, onde houve baixa de 0,97%, para R\$ 10.831/m2. Já nas outras cidades, o preço subiu: São Paulo (0,21%, para R\$ 10.279/m2), Porto Alegre (0,22%, para R\$ 8.047/m2) e Belo Horizonte (0,05%, para R\$ 7.529/m2).

## **Locação**

O preço médio anunciado de aluguel das salas e conjuntos comerciais em junho sofreu queda de 0,47% em comparação com maio. No primeiro semestre, a baixa atingiu 1,93%, enquanto no acumulado dos últimos 12 meses, a retração foi de 5,53%.

Em junho, três cidades tiveram queda nos preços de locação: Rio de Janeiro (-0,41%, para R\$ 43,97/m<sup>2</sup>), São Paulo (-0,50%, para R\$ 44,80/m<sup>2</sup>) e Belo Horizonte (-0,93%, para R\$ R\$ 31,84/m<sup>2</sup>). Já Porto Alegre mostrou alta de 0,19%, para R\$ 31,41/m<sup>2</sup>.

## **Brasil será 5º país a fabricar aeronave**

25/07/2017 – Fonte: Isto é Dinheiro

A Airship adquiriu tecnologia de empresas americanas para desenvolver o dirigível brasileiro. "Compramos e aperfeiçoamos, por isso há empresas do Canadá e do Alaska (EUA) querendo fazer parcerias conosco", diz Paulo Caleffi.

O grupo ainda não definiu preços de comercialização das aeronaves, mas, segundo o executivo, a de maior porte será produzida a um custo de US\$ 20 milhões – o que ele diz ser metade do valor gasto do exterior.

Já o dirigível de menor porte tem custo estimado de produção de US\$ 12 milhões. O Brasil será o quinto País a produzir dirigíveis tripulados, após EUA, Alemanha, Inglaterra e China.

## **Cade aprova compra pela AGCO de unidade de componentes de agricultura da Monsanto**

25/07/2017 – Fonte: Reuters

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) aprovou, sem restrições, a aquisição pela AGCO Corporation da unidade de componentes de agricultura de precisão Precision Planting, da Monsanto, segundo publicação no Diário Oficial da União desta terça-feira.

O negócio tem escopo global e envolve também os ativos da empresa no Brasil e na Argentina, segundo disseram as empresas ao órgão antitruste.

"A Monsanto decidiu sair do negócio de componentes de agricultura de precisão para plantadeiras, visando se concentrar em fornecer soluções de tecnologia agrícola para agricultores e agrônomos. Já para a AGCO, a operação representa uma oportunidade de expansão de seu portfólio", afirma o Cade em seu parecer sobre a aquisição.

A operação já foi submetida às autoridades concorrenciais dos Estados Unidos e será apresentada às autoridades de Ucrânia e Argentina.

Segundo o Cade, a Precision Planting "tem presença limitada no Brasil", com um portfólio de produtos mecânicos, sistemas de controle e monitores para agricultura de precisão, enquanto a AGCO opera fabricando e vendendo equipamentos agrícolas como tratores, plantadeiras e outros.

## **Política de preço mínimo para transporte de carga pode ser votada em Plenário**

25/07/2017 – Fonte: Portal Câmara

Deputados apresentaram recurso ao texto aprovado conclusivamente pelas comissões temáticas da Câmara



A Câmara vai analisar recurso (REC 228/17) apresentado por 99 deputados (48 a mais que o necessário) para que a proposta que prevê uma política de preços mínimos para o transporte rodoviário de cargas seja examinada também pelo Plenário – o projeto de lei (PL 528/15), do deputado Assis do Couto (PDT-PR), já havia sido aprovado conclusivamente nas comissões temáticas da Casa. Se o recurso for aprovado pela maioria simples dos parlamentares, a proposta poderá ser incluída na Ordem do Dia.

O texto questionado no recurso determina que, entre janeiro e julho de cada ano, o Ministério dos Transportes defina valores mínimos por quilômetro rodado para o frete cobrado no transporte rodoviário de cargas. A tabela inicial, a vigorar até que o Executivo regulamente a norma, prevê R\$ 0,90 por quilômetro rodado para cada eixo carregado, no caso de cargas refrigeradas ou perigosas; e R\$ 0,70, para as demais cargas.

O deputado José Carlos Aleluia (DEM-BA) chegou a apresentar um voto em separado para pedir a rejeição do texto na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Derrotado na CCJ, Aleluia é um dos signatários do recurso contra a tramitação conclusiva da proposta. “Ela é nitidamente inconstitucional. Trata-se de uma interferência indevida do governo na iniciativa privada, o que é danoso para a indústria, a agricultura, os serviços e a economia como um todo”, argumenta.

Relator da proposta na CCJ, o deputado licenciado Valtenir Pereira (PMDB-MT), por sua vez, defende que o texto não fere cláusula pétrea da Constituição nem o princípio da livre concorrência. Além de fortalecer o cooperativismo e o caminhoneiro autônomo, o projeto, segundo ele, reduz o papel dos atravessadores no mercado de transporte de cargas.

“É uma iniciativa que traz equilíbrio na relação entre o produtor e o caminhoneiro. Hoje, por exemplo, em um frete que custa R\$ 10 mil, o agenciador/atravessador praticamente fica com a metade do valor, o que é injusto com o caminhoneiro, que enfrenta uma série de dificuldades para manter o veículo em boas condições”, sustenta.

De acordo com a redação aprovada na CCJ, a definição de preços mínimos deve levar em conta a oscilação do valor do óleo diesel e dos pedágios na composição dos custos do frete. O relator retirou da proposta a previsão inicial de penalidades por desrespeito aos valores mínimos, com o argumento de que essa é uma atribuição do Executivo.

Ainda não há previsão para a votação do recurso no Plenário.

Íntegra da proposta:

- [PL-528/2015](#)
- [REC-228/2017](#)

### **Marcos Pereira convida ABC Paulista para discutir indústria 4.0**

25/07/2017 – Fonte: MDIC



Ministro esteve no “berço da indústria”, onde falou para representantes dos governos municipais, setor produtivo e universidades

O ministro Marcos Pereira convidou hoje prefeitos, secretários, setor produtivo, universidades e representantes dos trabalhadores do ABC Paulista a integrarem, no âmbito do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), as discussões do Grupo de Trabalho Indústria 4.0 (GTI 4.0), que está em fase de construção.

Ele esteve em Santo André, a convite do prefeito e presidente da Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC, Paulo Serra, que o recebeu acompanhado do prefeito de São Bernardo do Campo e presidente do consórcio de municípios, Orlando Morando.

Marcos Pereira falou da perspectiva da 'nova revolução industrial' em curso no mundo, com a adoção das novas tecnologias no chão de fábrica, e reforçou a necessidade de o Brasil encontrar seu caminho.

"O ABC é o berço da indústria brasileira e deve ser protagonista neste processo de transformação da produção, que tem mudado radicalmente nesta geração. Vivemos uma evolução contínua, sem volta, de modo que é fundamental que estejamos preparados para isso", afirmou.

Os prefeitos manifestaram ainda a intenção de levar para a região o programa Brasil Mais Produtivo e o Plano Nacional da Cultura Exportadora, integrar o Fórum de Varejo e conhecer o Programa Conexão Startup Indústria, executado pela Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), ligada ao MDIC. Um novo encontro de trabalho deve ser agendado para o mês de agosto e será conduzido pelo presidente da agência, Guto Ferreira.

Durante a reunião, o ministro também falou sobre a recuperação da economia, ainda que tímida, trouxe dados do setor industrial, de comércio exterior e reforçou o compromisso com as reformas que o Brasil precisa.

### **Exportações do Grande ABC**

O ABC paulista é reconhecidamente um polo industrial do país. As exportações da região, no primeiro semestre de 2017, somaram US\$ 2,6 bilhões, o que representou um crescimento de mais de 10% na comparação com o desempenho registrado no mesmo período do ano passado (US\$ 2,3 bilhões).

O município que mais exportou foi São Bernardo do Campo, responsável por US\$ 1,8 bilhão, ou seja, quase 70% do total exportado pelas empresas instaladas na região.

Em seguida, aparecem Santo André, com US\$ 226,6 milhões em produtos vendidos ao exterior, São Caetano (US\$ 156,3 milhões), Diadema (US\$ 141,5 milhões), Mauá (US\$ 88,4 milhões), Ribeirão Pires (64,7 milhões) e Rio Grande da Serra (US\$ 56,4 milhões).

O setor automotivo é a grande vocação industrial da região. As exportações do setor chegaram a US\$ 1,6 bilhão no primeiro semestre, o que representou quase 60% do total vendido ao exterior pelas empresas da região. Há também exportações realizadas por empresas dos segmentos de pneumáticos, químico e de higiene pessoal.

### **Volkswagen pode encerrar a produção nacional do Golf; saiba o motivo**

25/07/2017 – Fonte: Gazeta do Povo

As vendas dos hatches médios vêm caindo a cada mês e isso pode motivar a interrupção da produção nacional do Volkswagen Golf em São José dos Pinhais, na Grande Curitiba.

Em entrevista ao site Automotive Business, David Powels, presidente da marca para Brasil e América do Sul, revela que o modelo nacional pode estar com os dias contados,

caso continue vendendo tão pouco – atualmente, todo o segmento representa somente 1,27% de todos os carros emplacados desde janeiro deste ano.

“Vamos ver como fica, mas se continuar assim com vendas muito baixas, poderemos interromper a fabricação”, revelou Powels ao site. O Golf atualmente está na segunda colocação entre os mais emplacados do segmento, segundo a Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrave).



Mas isso ainda é bem pouco: no acumulado do ano, emplacou 2.461 unidades, enquanto o líder Chevrolet Cruze Sport6 está com 3.222 veículos. Na classificação geral, é apenas o 60º carro mais licenciado no país. Já a versão Variant (perua), importada do México, emplacou 359 unidades entre janeiro e junho.

Apesar da declaração do executivo, o Golf deve seguir nos planos da Volkswagen brasileira por mais um tempo. O modelo reestilizado já circula pelo Brasil há alguns meses, como mostram diversos flagras que já publicamos. O hatch renovado será um dos nove lançamentos prometidos pela fabricante para este ano.

Caso a linha de produção paranaense do Golf seja encerrada, é provável que ele passe a vir da América do Norte. A geração 7 do carro é feito em São José dos Pinhais desde 2015, em substituição à defasada 'geração 4,5'.



### **Família MQB-A0**

Enquanto o Golf tem seu futuro incerto, a Volkswagen prepara a produção de uma nova família no Brasil, toda com a plataforma MQB-A0, uma variação da MQB do Golf para carros menores. É a base do novo Polo, que será lançado por aqui até novembro. Em seguida será a vez do Virtus, sedã que vai brigar com Chevrolet Cobalt e Honda City.

Para o ano que vem virá a versão definitiva do [T-Cross](#), SUV compacto rival do Honda HR-V. Além disso, a marca ainda trabalha em uma nova picape, acima da Saveiro, e também em mais um SUV, o T-ROC feito na base do Golf.

## **Montadoras de carros alemães serão investigadas por formação de cartel**

25/07/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo

Uma nova investigação da União Europeia quanto a problemas de competição entre as maiores montadoras de automóveis da Alemanha ameaça a credibilidade de todo o setor, alertou uma ministra alemã, depois de Bruxelas ter confirmado seu inquérito sobre suspeitas de conluio setorial na área de tecnologia.

Se forem provadas, as acusações podem criar uma nova crise para o setor automobilístico, já abalado pelo escândalo de trapaça nos testes de emissão de poluentes da Volkswagen.

Brigitte Zypries, ministra da Economia da Alemanha, disse que "levava muito a sério" as acusações de que Volkswagen, Audi, Porsche, BMW e Daimler vinham havia anos mantendo grupos de trabalho sigilosos sobre tecnologia.

"O que está em jogo aqui é nada menos que a credibilidade... de toda a indústria automobilística alemã", disse Zypries. Ela acrescentou que todas as montadoras implicadas nas acusações "fariam bem em cooperar plenamente com as autoridades e garantir que haja transparência".

A Comissão Europeia anunciou ter recebido informações sobre o suposto conluio, e que as estava avaliando. O órgão executivo europeu anunciou que era "prematureo especular quanto ao assunto, por enquanto".

O comunicado parece ser confirmação parcial de uma reportagem da revista alemã "Der Spiegel", que revelou que todas as grandes montadoras alemãs de automóveis vêm realizando reuniões secretas entre grupos de trabalho, desde os anos 90, para chegar a acordos quanto a preços de componentes e seleção de fornecedores.

Uma revelação envolve um produto conhecido como AdBlue, uma solução de ureia líquida usada para neutralizar as emissões de poluentes dos veículos diesel. A "Der Spiegel" afirmou que os grupos de trabalho haviam concordado no uso de tanques pequenos de AdBlue nos carros produzidos pelas grandes montadoras; tanques maiores cumpririam melhor a função requerida, mas custariam mais caro. O volume de AdBlue disponível nos tanques menores é insuficiente para purificar as emissões.

A maioria das empresas, cujas ações despencaram na sexta-feira (21) quando vazaram as revelações da "Der Spiegel", se recusou a comentar. Mas a BMW negou categoricamente a informação de que tenha se envolvido em conluio com outras montadoras ou que seus tanques de AdBlue fossem pequenos demais. A montadora afirmou que sua tecnologia de tratamento de gases de escapamento era "claramente diferenciada" da tecnologia adotada por seus rivais.

A "Der Spiegel" citou um documento judicial entregue pela Volkswagen às autoridades da União Europeia, segundo a revista, e afirmou que a Daimler havia encaminhado documento semelhante a Bruxelas. A revista afirmou que suas revelações poderiam se tornar um dos maiores processos antitruste da história da Alemanha.

Arnd Ellinghorst, analista da Evercore, disse que se o conluio apontado for confirmado, as montadoras poderiam encarar multas da ordem de "centenas de milhões ou alguns bilhões de euros".

## **Reino Unido cria fundo para desenvolver tecnologia em baterias elétricas**

25/07/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo



O Tesla Model 3, cuja primeira unidade deve ser entregue neste mês  
O Reino Unido lançou nesta segunda-feira (10) um fundo de 246 milhões de libras (cerca de US\$ 320 milhões) para impulsionar o desenvolvimento e fabricação de baterias elétricas, uma área de crescimento importante para o setor automotivo e energético.

O programa, que permite que acadêmicos e funcionários de empresas se candidatem a fundos do governo para trabalhar em uma variedade de possíveis projetos de bateria elétrica, faz parte de uma estratégia industrial britânica que a primeira-ministra, Theresa May, anunciou em janeiro.

O objetivo é adotar uma abordagem mais prática para o desenvolvimento de indústrias-chave para ajudar a proteger a economia britânica com a saída do país da União Europeia.

As montadoras estão correndo para construir veículos mais ecológicos e melhorar os tempos de recarga em uma tentativa de atender a crescente demanda dos clientes e atingir metas de qualidade do ar, mas o Reino Unido não possui capacidade de produção suficiente, uma área que os ministros estão interessados em desenvolver.

A primeira parcela é composta por um montante de 45 milhões de libras, o que ajudará a estabelecer um centro de pesquisas para ajudar a melhorar a acessibilidade da tecnologia, que precisa aprimorar os tempos de recarga e uso, reduzir os tamanhos das baterias e aumentar a capacidade.

O ministro dos Negócios, Greg Clark, disse que até 40 bilhões de libras podem ser economizados até 2050 com uma série de medidas destinadas a gerenciar melhor o uso de energia.

### **Lucro da GM supera estimativas de Wall St e empresa promete reduzir estoques**

25/07/2017 – Fonte: Reuters

A General Motors divulgou nesta terça-feira lucro líquido trimestral melhor que o esperado nas operações continuadas, apesar de queda na receita, e prometeu reduzir a produção no segundo trimestre para diminuir o crescente estoque de veículos que não vendidos.

A maior montadora dos Estados Unidos manteve sua previsão de lucro para 2017. As notícias elevaram as ações da GM em mais de 1 por cento antes da abertura dos mercados.

A divulgação de resultados acontece em um momento em que Wall Street está preocupada com a possibilidade da indústria automotiva norte-americana estar entrando em uma recessão. As montadoras têm divulgado queda nas vendas pelos últimos quatro meses consecutivos.

Os analistas estão preocupados com estoque de veículos não vendidos da GM, refletindo decisões para armazenar pickups e veículos utilitários esportivos antes dos planejado fechamento de fábricas para equipá-las para produção de novos modelos.

A GM planeja cortar a produção norte-americana em 150 mil veículos no segundo semestre de 2017 em comparação com o primeiro semestre, disse o diretor financeiro Chuck Stevens a repórteres na terça-feira.

A GM divulgou lucro líquido de 2,4 bilhões de dólares ou 1,60 dólar por ação no segundo semestre, uma queda ante os 2,8 bilhões, ou 1,74 dólar por ação, um ano antes. Excluindo itens únicos, a empresa divulgou lucro por ação de 1,89 dólar.

Nesta mesma base, analistas em média esperavam lucro por ação de 1,69 dólar no trimestre.

A empresa divulgou receita de 37 bilhões de dólares no trimestre, ante 37,4 bilhões de dólares um ano antes e abaixo dos 40,1 bilhões de dólares esperados por analistas.

A GM disse que ainda espera lucrar entre 6 dólares e 6,50 dólares por ação em 2017.

## **Resultados da Caterpillar superam estimativas e empresa eleva previsão de lucro anual novamente**

25/07/2017 – Fonte: Reuters

A Caterpillar registrou lucro trimestral muito superior às estimativas de Wall Street e elevou sua previsão para o resultado do ano pela segunda vez, ajudada pela melhora da demanda na China e recuperação da atividade de mineração.

"Embora vários de nossos mercados finais permaneçam um desafio, a construção na China e a compressão de gás na América do Norte foram destaques no trimestre", disse o presidente-executivo, Jim Umpleby, em comunicado.

"A mineração e as atividades relacionadas ao petróleo deixaram as baixas recentes, e estamos vendo melhorar a demanda por construção na maioria das regiões".

As vendas totais subiram 9,6 por cento, para 11,33 bilhões de dólares, superando estimativa de 10,93 bilhões de dólares, de acordo com o Thomson Reuters I/B/E/S.

A maior fabricante de equipamentos de construção e mineração do mundo disse que agora vendas e receita entre 42 bilhões e 44 bilhões de dólares em 2017, uma alta ante a estimativa anterior de 38 bilhões a 41 bilhões de dólares.

A Caterpillar disse que agora espera lucro ajustado de 5 dólares por ação em 2017, ante os 3,75 dólares previsto anteriormente.

O lucro líquido subiu 46 por cento, para 802 milhões de dólares. Excluindo itens, a Caterpillar lucrou 1,49 dólar por ação, superando amplamente a estimativa média de 1,26 dólar por ação.

## **Bosch e Mercedes-Benz testam estacionamento autônomo**

25/07/2017 – Fonte: Automotive Business



A Bosch em parceria com a Mercedes-Benz está testando um projeto piloto de estacionamento autônomo do museu da montadora em Stuttgart, na Alemanha (*veja vídeo abaixo*). Por meio de um aplicativo no smartphone, é possível estacionar o carro na vaga escolhida sem precisar controlar as manobras de dentro do veículo.

O serviço, que é mais um marco para a era da direção autônoma, poderá ser experimentado por visitantes do museu a partir de 2018.

"A direção autônoma estará disponível mais rápido do que muitos imaginam. O sistema de estacionamento autônomo no museu demonstra o quanto a tecnologia já está avançada", afirma o chefe de desenvolvimento de direção autônoma e segurança ativa da Mercedes-Benz, Michael Hafner.

"O uso da infraestrutura inteligente de estacionamento e a conectividade dos veículos nos permitiu fazer o estacionamento totalmente autônomo uma realidade muito antes do esperado", o presidente da divisão de sistema de chassi da Bosch, Gerhard Steiger.

O serviço de estacionamento autônomo foi desenhado a partir da infraestrutura de estacionamento inteligente oferecida pela Bosch que trabalhou em conjunto com a tecnologia da Mercedes-Benz. Os sensores instalados na garagem monitoram o corredor e seus arredores enquanto o veículo é guiado, dessa forma o carro converte os comandos com segurança durante as manobras.

Os sensores para a infraestrutura do estacionamento e a tecnologia de comunicação são fornecidas pela Bosch, enquanto a montadora ofereceu o estacionamento do museu e os veículos-piloto. Em conjunto com a Bosch, a empresa definirá a interface da infraestrutura e do veículo e fará as modificações necessárias no software e no sensor.

O lançamento será seguido por uma fase intensiva de testes. Desde o início, o projeto foi supervisionado por agências locais - autoridade administrativa regional de Stuttgart e o Ministério de Transportes do estado de Baden-Württemberg - além de especialistas da TÜV Rheinland, empresa de serviços na área de certificação, inspeção, treinamentos e gerenciamento de projetos.

O objetivo é avaliar a segurança operacional da tecnologia automotiva e do estacionamento autônomo.

A expectativa da Bosch é que as autoridades regulatórias deverão emitir a aprovação final antes que o estacionamento autônomo esteja disponível para os clientes, para que eles possam utilizar o serviço já no início de 2018.

### **Jaguar cria sedã com motor de quase 600 cv**

25/07/2017 – Fonte: Automotive Business



A Jaguar apresentou o XJR575, um sedã cujo nome deriva da potência de seu motor 5.0 V8 turbo. São 575 cavalos. Com ele o carro é capaz de acelerar de zero a 100 km/h em 4,4 segundos. A velocidade máxima é de 300 km/h. A transmissão automática tem oito marchas.

O modelo terá duas versões de carroceria disponíveis, com distância entre eixos de 3,032 metros ou 3,157 m. O comprimento total varia de 5,130 a 5,255 m. A nova opção esportiva da Jaguar recebe spoiler traseiro, saias laterais, para-choque dianteiro com entradas de ar mais baixas e acabamento em preto.

As duas fendas paralelas no capô para a entrada de ar também são exclusivas dessa versão, assim como as rodas de 20 polegadas com acabamento escuro. A central multimídia recebe tela de dez polegadas sensível ao toque.

Os sistemas de segurança do carro incluem sensores de detecção de tráfego intenso, que alertam o motorista quando o trânsito à frente está parado. O recurso é extremamente útil em caso de baixa visibilidade.

Outro item presente é o Line Keep Assist, um assistente eletrônico que produz vibrações no volante toda vez que o motorista se distrai e muda de faixa sem ligar o pisca-pisca. O sistema também é capaz de manter o veículo na mesma linha automaticamente.

Outra tecnologia é um sistema autônomo de frenagem de emergência que utiliza uma câmera estéreo para monitorar diferentes situações de tráfego à frente do veículo e, em caso de emergência, freia o carro de forma automática se ele estiver trafegando até 60 km/h.

A Jaguar Land Rover não informa sobre a possibilidade de trazer o sedã esportivo ao Brasil.